



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME de UMUARAMA

Lei Municipal nº 4.090/2015

**Umuarama
2022**

DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

Tipo de Relatório: (X) de Monitoramento () de Avaliação

Comissão Coordenadora – Ato legal Nº 4.090 ano 2015

Alessandra Martins Ribeiro
Helena Maria Francisco Caetano Batistuti
Ingrid Hellen Vieira Pretti Ronquin
Jaqueline de Souza Silva
Jaqueline Marino
José Benedito Gonçalves
Joyce Pereira Manoel
Karen Cristina da Costa Ramos
Lais Bueno Tonin
Leia Alves Correia
Michele Daiane Ribeiro dos Santos
Paulo Claviço
Sílvia Horwat de Moraes Caetano
Sueli Rocha Diniz

Comissão Coordenadora – Ato legal N° 4.090 ano 2015

Andrea Pinesso
Angela Pinto Tavares Baccharin
Dayane Horwat Imbriani de Oliveira
Elaine Darli Baffilli Hirt
Elisangela Alves dos Reis
Eliza Revesso Vieira
Fábio Massamitsu Sakata
Fátima Regina do Santos Silva
Gisele dos Santos Gasparetto
Juliana Boleta Mattos
Maria Aparecida Lima Meira Nakasugui
Maria de Lourdes Castanha de Freitas
Marta de Almeida de Souza Klichowski
Michela Elisângela Ehrlich Tanaka
Patrícia de Araujo Abucarma Stevanato
Sílvia Regina Watanabe
Simone Maria Martins
Raquel Dias Pinto
Vinicius de Barros Cerezuela
Viviane Aparecida da Silva Cameloti Lopes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
1. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO	
META 1.....	06
META 2.....	18
META 3.....	24
META 4.....	32
META 5.....	37
META 6.....	50
META 7.....	58
META 8.....	73
META 9.....	82
META 10.....	91
META 11.....	93
META 12.....	98
META 13.....	101
META 14.....	103
META 15.....	105
META 16.....	112
META 17.....	124
META 18.....	129
META 19.....	138
META 20.....	145

APRESENTAÇÃO

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº13.005/2014 e com o Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR), Lei Estadual nº 18.492/2015, a lei do Plano Municipal de Educação de Umuarama ressalta a necessidade de seu monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

O presente relatório trata do ano de 2021, do ponto de vista metodológico, observou os procedimentos contidos no “Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação” (disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF).

1. COMPORTAMENTO DAS METAS NO PERÍODO

Meta	Texto da meta
1	<i>Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento), das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 1A	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	
Unidade de medida	
Comentários sobre a meta	

Indicador 1B	Ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	
Unidade de medida	

Comentários sobre a meta	
--------------------------	--

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 1A	-	100%	100%	100%	100%	100%	99,2%	102,8%
Indicador 1B	-	34%	31%	35,33%	35,6%	36,46	34,3%	33,2%

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)	Atingiu a meta (Sim, Não ou Parcialmente)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
1- Definir, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.	Em desenvolvimento	parcialmente	De acordo com a demanda levantada foi solicitado, pela Secretaria Municipal de Educação, a construção de duas unidades educacionais para atender o público da educação infantil na Plataforma PAR 3. Dessas obras solicitadas, no ano de 2021, a obra “Creche Pré-Escola-Projeto Tipo 1, do modelo FNDE foi aprovada no PAR 3.
2- Realizar gradativamente por	Concluída	Sim	Essa estratégia foi executada em

<p>curto período, sendo no mínimo três (3) creches por ano, a municipalização da Educação Infantil de zero a três anos atendidas nas instituições conveniadas.</p>			<p>2016. Porém em 2018, iniciou-se um novo convênio, de acordo com os critérios definidos pelo MEC, para organização e estruturação do espaço e com atendimento realizado por professores habilitados, para garantir a qualidade no atendimento dessa faixa etária.</p>
<p>3- Estabelecer em regime de colaboração com a União e Estado que, ao final da vigência deste PME, haja redução da desigualdade na taxa de atendimento de crianças até 3 anos em famílias com diferentes faixas de renda para que seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>No ano de 2019, o Programa Fila Única passou por uma adequação, estabelecendo critérios para a seleção de matrículas de crianças de 0 a 3 anos, com o objetivo de contemplar o atendimento às crianças das famílias em situações de vulnerabilidade, possibilitando obter dados sobre a demanda para essa faixa etária, porém, ainda não foi possível estabelecer a porcentagem atingida. Salientamos que o Programa Fila Única foi criado pela Lei nº 4.271 de 18 de maio de 2018 e pelo Decreto nº 258/2018, visando dar publicidade e transparência a</p>

			<p>Gestão das Vagas no âmbito Municipal geridas pelo Poder Público.</p> <p>No ano de 2021, as matrículas de 0 a 3 anos foram efetivadas considerando os seguintes critérios:</p> <p>I- crianças cujos pais ou responsáveis legais trabalham; II- crianças atendidas por programas sociais; III- crianças cuja família tenha a menor renda; IV- crianças cuja inscrição no programa antecede a dos demais.</p>
<p>4- Implementar em regime de colaboração com a Secretaria da Saúde e Assistência Social o levantamento da demanda por creche para a população de até 03 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Foi implantado, pela Secretaria Municipal de Educação em 2018, o Programa Fila Única criado pela Lei nº 4.271 de 18 de maio de 2018 e pelo Decreto nº 258/2018, alterado pela Lei 4.390 de 06 de setembro de 2019. Esse Programa visa dar transparência a Gestão das Vagas no âmbito Municipal geridas</p>

			pele Poder Público, permitindo conhecer a demanda manifesta e planejar o atendimento para essa faixa etária.
--	--	--	--

<p>5- Estabelecer normas, procedimentos e prazos para criação e implantação de um sistema online de consulta pública da demanda de famílias por creches.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>A Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2018, implantou na rede municipal o Programa Fila Única, um sistema <i>on line</i>, gerenciado pelo Setor de Documentação Escolar. Esse sistema estabelece os procedimentos de cadastros e as diretrizes quanto a distribuição de vagas disponíveis, atendimento, matrículas de crianças na Educação Infantil de 0 (zero) a 3 (três) anos, evitando a manipulação na distribuição de vagas, a inscrição de uma mesma criança em várias Instituições de Ensino e as filas. A inscrição é realizada no Sistema Eletrônico do Programa Fila Única da Educação Infantil de Umuarama, disponibilizado no site da prefeitura. As informações cadastradas possibilitam ao munícipe acesso à demanda manifesta para essa faixa etária.</p>
<p>6- Manter e ampliar, em regime</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>No ano de 2021, houve aquisição</p>

<p>de colaboração entre a União, estado e o município, respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de unidades educacionais, bem como de aquisição de equipamentos e custeio, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil do município.</p>			<p>e reposição de equipamentos e material permanentes (celular, mobiliários como roupeiro, armários e estantes) para as unidades educacionais que atendem educação infantil no valor aproximado de R\$ 37.074,94</p> <p>Ainda no ano de 2021, foram investidos R\$ 403.975,79 em obras nas escolas e CMEIs, da rede municipal de ensino, contemplando reformas, adequações, manutenção e pintura.</p>
<p>7- Estabelecer normas, procedimentos e prazos de avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.</p>	<p>Não iniciada</p>	<p>Não</p>	<p>Para essa estratégia, ainda não foram estabelecidas normas, procedimentos e prazos de avaliação da Educação Infantil pelo MEC, para a organização do município.</p>

<p>8- Fomentar a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da Educação Infantil com as instituições públicas e privadas, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas aos processos de ensino e de aprendizagem e teorias educacionais no atendimento da população de 0 a 5 anos.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Contamos com a articulação do Polo da UAB – Universidade Estadual de Maringá – UEM, com projetos de extensão e pós-graduação.</p>
<p>9- Garantir o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, através de parcerias com</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>A garantia ao acesso à Educação Infantil das crianças com necessidades educacionais especiais está em consonância com a política de atendimento da Educação Infantil no município e mediante necessidade de atendimento especializado são atendidas em parcerias com instituições especializadas conveniadas que ofertam, atendimento com profissionais especializados, estimulação</p>

<p>instituições conveniadas de atendimento educacional especializado.</p>			<p>essencial às crianças de 0 a 5 anos. É designado professor de apoio no espaço escolar quando amparado legalmente.</p>
<p>10- Promover programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Existe uma parceria com a saúde através do Programa Saúde na Escola. No ano de 2021, ainda em virtude da Pandemia da Covid-19 não foram desenvolvidas ações para as crianças de 0 a 3 anos, pois o ensino presencial para a Educação Infantil de 0 a 3 anos retornou na segunda quinzena de novembro.</p>
<p>11- Preservar as especificidades da Educação Infantil nas Unidades Educacionais que também atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos de acordo com os parâmetros nacionais de qualidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a articulação</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>No ano de 2019, foram ofertados, aos professores e gestores, Grupo de Estudo e Formação Continuada para a reelaboração do Currículo da Rede Municipal de Ensino fundamentado na Base Nacional Comum Curricular. No ano de 2020, foram ofertadas formações <i>on line</i> devido a pandemia da Covid-19.</p>

com o Ensino Fundamental.			Essas formações têm por objetivo preservar as especificidades da Educação Infantil e a articulação com o Ensino Fundamental, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em consonância com os parâmetros nacionais de qualidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
12- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	Concluída	Sim	O Acompanhamento do acesso e permanência das crianças na Educação Infantil é realizada anualmente pela Unidade Educacional sob orientação do Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A Meta 1 “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento), das crianças de até 3 (três) anos

até o final da vigência deste PNE”, foi parcialmente atingida, pois há uma demanda manifesta da faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos que precisa ser atendida.

Essa Meta é composta por 12 Estratégias, e conforme mencionado acima, as Estratégias 2, 4, 5, 8, 9, 11 e 12, foram concluídas, porém faz-se necessário o acompanhamento constante.

A Estratégia 7, “Estabelecer normas, procedimentos e prazos de avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes”. Essa Estratégia não foi iniciada, pois depende de normas, procedimentos e prazos de avaliação da Educação Infantil estabelecidos pelo MEC.

Encontram-se em desenvolvimento e parcialmente atingidas as Estratégias 1, 3, 6 e 10.

A Estratégia 1, “Definir, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais”. Levantada a demanda manifesta para essa faixa etária, foi solicitado na Plataforma PAR, a construção de duas unidades educacionais visando a expansão de oferta para atender o público da educação infantil. Dessas obras solicitadas, no ano de 2021, a obra “Creche Pré-Escola-Projeto Tipo 1, do modelo FNDE foi aprovada no PAR 3.

Recomendam-se investimentos financeiros do governo Federal e Municipal para a construção de novas Unidades Educacionais e ampliação de salas nas unidades que atendem essa faixa etária, onde há espaço para essa ampliação.

A Estratégia 3, “Estabelecer em regime de colaboração com a União e Estado que, ao final da vigência deste PME, haja redução da desigualdade na taxa de atendimento de crianças até 3 anos em famílias com diferentes faixas de renda para que seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo”.

No ano de 2019, o Programa Fila Única passou por uma adequação, estabelecendo critérios para a seleção de matrículas de crianças de 0 a 3 anos, com o objetivo de contemplar o atendimento às crianças das famílias em situações de vulnerabilidade, porém ainda, não é possível mensurar essa porcentagem. Essa Estratégia continua em Desenvolvimento, com acompanhamento para que seja atendida em sua integralidade.

A Estratégia 6, “Manter e ampliar, em regime de colaboração entre a União, estado e o município, respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de unidades educacionais, bem como de aquisição de equipamentos e custeio, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil do município”. O município investiu em obras, bem como em reforma geral, manutenção e pintura, aquisição e reposição de equipamentos. Recomenda-se que esses investimentos sejam mantidos.

Quanto à Estratégia 10, “Promover programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade”. Algumas ações foram articuladas com a saúde, essa articulação é importante para a promoção de ações que atendam às necessidades das famílias, sendo necessária a continuidade dessas ações.

As Estratégias mencionadas nesse período, bem como a realização do cumprimento total da Meta 1 serão monitoradas anualmente, sendo assim, continuarão se repetindo nos próximos anos.

Meta	Texto da meta
2	<i>Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 2A	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental.
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento municipal escolar na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular / Número total de pessoas de 6 a 14 anos) X 100
Unidade de medida	% de pessoas.
Comentários sobre a meta	

Indicador 2B	Percentual de pessoas de 16 anos com, pelo menos, o Ensino Fundamental concluído.
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento municipal escolar na faixa etária
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular / Número total de pessoas de 6 a 14 anos) X 100

Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 2A	91,3%	88,4%	83,8%	87,65%	85,01%	98%	101,00%	90,22%

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)	Atingiu a meta (Sim, Não ou Parcialmente)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
1- Assegurar a universalização do atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental do Município, garantindo o acesso e a permanência de todos os educandos na Escola.	Concluída	Sim	Observa-se que o município garante o acesso ao Ensino Fundamental a população de 6 a 14 anos. Quanto à permanência, percebe-se, que através do Relatório de Rendimento Escolar, disponibilizado no site do INEP - Indicadores Educacionais, que as taxas de abandono vêm caindo conforme segue: 2017 - 0,5%; 2018 - 05%; 2019 - 0,3%; 2020 - 0,1% e 2021 - 01%.

<p>2- Efetivar o “Programa de Combate ao Abandono Escolar” e outros programas que venham contribuir contra o abandono escolar, garantindo a permanência de todos os alunos na escola.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>O Programa de Combate ao Abandono Escolar está sendo executado por toda Rede Municipal e Estadual. É um programa efetivo no município. No ano de 2021, a rede municipal de ensino convocou a Rede de Proteção para reuniões mensais a fim de discutir encaminhamentos de casos de infrequência escolar além de iniciar a adesão ao Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP.</p>
<p>3- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos da Rede de Proteção.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>A Administração Municipal deu continuidade ao Programa Busca Ativa Escolar que estabeleceu parceria entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, a fim de implementar as ações previstas no programa, além das buscas realizadas diretamente pelas unidades educacionais.</p>
<p>4- Assegurar, aos educandos do Ensino Fundamental, uma política educacional que vise: a)O desenvolvimento de Projetos Pedagógicos com foco na</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>a) Os projetos institucionais não foram desenvolvidos devido ao novo formato de atendimento durante a pandemia. b) Para garantir a alfabetização</p>

<p>aprendizagem;</p> <p>b) A garantia do sucesso na alfabetização dos educandos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;</p> <p>c) O acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos educandos;</p> <p>d) A redução da repetência com a implementação de programas de reforço escolar em contra turno;</p> <p>e) A redução do abandono escolar através do acompanhamento individual da não frequência;</p> <p>f) A permanência do educando na Escola para além da jornada regular, ofertando condições físicas, recursos humanos e materiais.</p>			<p>até o final do 3º ano, os materiais pedagógicos disponibilizados aos estudantes (<i>Cadernos de Atividades de Ensino</i>) e as aulas online foram focados nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática.</p> <p>c) O acompanhamento do desempenho escolar dos estudantes foi realizado durante o período das aulas online verificando-se o nível de participação de cada estudante e através da correção das atividades e das avaliações que constavam nos Cadernos de Atividades de Ensino. Com o retorno das aulas presenciais, em sistema de escalonamento de alunos foi possível o acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos estudantes através das atividades e avaliações realizadas em sala de aula.</p> <p>d) Não foi possível a implementação de ações para reforço escolar.</p> <p>e) Durante o ensino remoto,</p>
--	--	--	--

			<p>houve uma busca ativa para que todos os estudantes retirassem e entregassem os Cadernos de Atividades nos prazos estabelecidos e também participassem das aulas online, pois a frequência escolar era computada a partir dessas ações. Após o retorno das aulas presenciais, diante da infrequência do estudante, as ações previstas no Programa de Combate ao Abandono Escolar - PCAE foram realizadas.</p> <p>f) Não foi possível desenvolver ações referentes à permanência dos estudantes para além da jornada regular.</p>
<p>5- Garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência nas turmas do ensino regular do Ensino Fundamental, prevendo recursos físicos, pedagógicos e humanos específicos para este atendimento, considerando suas especificidades.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Em decorrência da pandemia, ofertou-se o ensino remoto com vídeoaulas, encaminhamento de material concreto, bloco de atividades aos estudantes da Educação Especial.</p> <p>No retorno do ensino presencial, constatada a necessidade do apoio escolar aos estudantes com deficiência, houve articulação entre a coordenação de educação</p>

			especial e a Secretaria de Educação no provimento deste profissional durante o período de ensino presencial.
6- Implementar Políticas Educacionais voltadas a atender a Educação do Campo.	Não iniciada	Não	

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A meta 2 é composta por 6 estratégias. As estratégias 1, 2 e 5 foram concluídas, as estratégias 3 e 4 estão em desenvolvimento e foram executadas parcialmente e a estratégia 6 não foi iniciada.

As estratégias concluídas em 2021, são de caráter contínuo, reiniciando a cada ano letivo.

Segundo dados do Relatório de Sinopses Estatísticas da Educação Básica, publicados através do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Município de Umuarama atendeu 6.970 alunos no Ensino Fundamental Anos Iniciais, sendo atendidos 5.383 alunos na rede pública municipal de ensino e 1.587 na rede privada. Em relação aos Anos Finais, foram atendidos 5.715 alunos no total, sendo 4.568 na rede pública estadual e 1.147 na rede privada, totalizando 12.685 estudantes.

Para o cálculo do indicador 1 foram utilizados dados do Caderno de subsídios Seed/Ipardes para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Paraná – Dezembro/2022, que indica o número estimado da população de 6 a 14 anos em 14.059 habitantes.

Em relação à Meta 2, “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de

vigência do PNE.”, destacamos a **necessidade dos órgãos competentes continuarem investindo na construção de novas Unidades Educacionais a fim de ampliar a oferta de turmas do Ensino Fundamental - Anos iniciais.**

Foi significativa a diminuição da taxa do percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental, e um dos fatores que podem ter contribuído para esse resultado foi o período de pandemia.

Meta	Texto da meta
3	<i>Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final deste período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 3A	Proporção de Pessoas de 15 a 17 anos matriculados na escola ou já concluiu a educação básica.
Conceitos e definições	Percentual de Pessoas de 15 a 17 anos matriculados no município na Educação Básica. Mede grau de atendimento escolar município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	$\frac{\text{Número de 15 a 17 anos que estão matriculados na escola}}{\text{Número total de pessoas de 15 a 17 anos}} \times 100$
Unidade de medida	% de Pessoas
Comentários sobre a meta	Desvantagens observadas a cerca do monitoramento da meta: a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável

	<p>QT_MAT_BAS_15_17, isto é, quantas matriculas de 15 a 17 anos há no município. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO), contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100%.</p> <p>As vantagens observadas a cerca do monitoramento da meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.
Indicador 3B	Proporção de Pessoas de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio
Conceitos e definições	Percentual de pessoas que estão matriculados no município no Ensino Médio Regular. Mede a taxa líquida de atendimento no município na faixa etária.
Fórmula de cálculo	Número de Pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no ensino médio no município/ Número total de Pessoas de 15 a 17 anos do município x 100
Unidade de medida	% de Pessoas
Comentários sobre a meta	<p>Desvantagens observadas a cerca do monitoramento da meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo Ministério (Censo Demográfico 2010 e PNAD), para o denominador. b) Não é comparável com outros entes subnacionais. c) É utilizada nesse cálculo, a variável de endereço da matrícula (CO_MUNICIPIO), isto é, onde a escola está localizada e a variável QT_MAT_BAS_15_17, isto é, quantas matriculas de 15 a 17 anos há no município. Ao se utilizar essa variável, (CO_MUNICIPIO),

	<p>contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100%.</p> <p>As vantagens observadas a cerca do monitoramento da meta: -Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípios paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.</p>
--	---

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 3A	88,2%	93,5%	93,3%	89,9%	90,0%	80,6%	96,9%	88,4%
Indicador 3B	65,2%	73,0%	74,8%	73,7%	73,7%	74,4%	79,5%	74,2%

A Meta 3 é composta de 8 estratégias, 4 estão em desenvolvimento e já atingiram a meta e 4 estão em desenvolvimento, mas atingiu parcialmente a meta por se tratar de assuntos mais amplos. A seguir as estratégias a serem a nível municipal para essa meta, com seus respectivos comentários.

Estratégias	Status da estratégia (<i>Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada</i>)	Atingiu a meta (<i>Sim, Não ou Parcialmente</i>)	Comentários (<i>se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias</i>)
1-Incentivar a realização anual de práticas de avaliação institucional das unidades escolares, para melhoria contínua	Em Desenvolvimento	Sim	Considerando a melhoria contínua da qualidade do ensino, o status da estratégia continuará sempre em desenvolvimento.

da qualidade de ensino e da promoção de aprendizagem e formação dos alunos, incluindo dados da avaliação externa – ENEM.			
2-Fomentar a reorganização curricular dos cursos noturnos, observando a peculiaridade da população urbana e do campo.	Em Desenvolvimento	Parcialmente	Por se tratar de jovens do campo e da cidade que possivelmente trabalham durante o dia, a necessidade de estar sempre reorganizando o currículo dos cursos noturnos, sendo que o conteúdo que contempla o aluno do campo só ocorre por meio da conversação em sala de aula.
3-Articular a participação dos docentes, discentes e sociedade civil, na consulta pública nacional sobre proposta de direito e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para alunos de Ensino Médio, a ser realizada pelo Ministério da Educação – MEC, com vistas a garantir formação básica comum.	Em desenvolvimento	Sim	Continuar incentivando a participação dos docentes e discentes da sociedade civil nas consultas públicas nacionais a fim de garantir o desenvolvimento do Ensino Médio. No novo Ensino Médio existe a participação dos discentes na construção de matérias na construção de itinerários com os componentes curriculares de Projeto de Vida, seguindo de acordo com as propostas governamentais.

4- Incentivar a participação dos professores que atuam no Ensino Médio em Programa de Formação Continuada de Professores, visando incentivar práticas pedagógicas com abordagens que relacionem teoria e prática.	Em Desenvolvimento	Parcialmente	Há sempre a necessidade de incentivar a formação continuada de professores para o aperfeiçoamento da teoria e prática pedagógica.
5- Articular e efetivar junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente a criação de uma rede de serviços de assistência social, saúde, proteção às adolescentes e à juventude que vise garantir o acesso e permanência da população de 15 a 17 anos na escola.	Em Desenvolvimento	Sim	Esta estratégia estará sempre em desenvolvimento pela importância de estar junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, por este fazer parte da rede de serviços sociais, sendo possível a garantia do acesso e permanência do jovem na escola.
6-Apoiar e incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das Escolas Públicas.	Em desenvolvimento	Parcialmente	Há necessidade de sempre incentivar a participação da comunidade escolar, na busca de apoio para a melhoria das condições de funcionamento da escola pública.
7- Estabelecer parcerias com as instituições de Ensino Superior do município para viabilizar aos	Em Desenvolvimento	Sim	A parceria com as instituições de ensino superior é sempre muito importante para que os jovens

<p>estudantes do Ensino Médio orientação vocacional, informações dos cursos superiores existentes e cursos preparatórios para o vestibular.</p>			<p>busquem inspiração para escolher sua profissão e possam se preparar para o vestibular. Alguns colégios sempre propõem parcerias em universidades como Unipar aberta, FAGUE de Cascavel, UEM de Maringá e Umuarama, e UNIALFA.</p>
<p>8- Apoiar medidas que amplie a oferta diurna e manter a oferta noturna, nesse nível de ensino, suficiente para garantir o atendimento e a qualidade para os estudantes que trabalham.</p>	<p>Em Desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Pela amplitude da meta onde o atendimento de qualidade aos jovens se faz necessário, ela está sempre em desenvolvimento e o atendimento será sempre parcial, para o aluno que trabalha está cada dia mais inviável estudar. Portanto ainda persiste a adequação do ensino noturno para o aluno que trabalha. O ideal seria que o estudante não precisasse trabalhar, a educação profissional se faz necessário.</p>

Respostas respaldadas pela Direção e Coordenação do Colégio Estadual Bento Mossurunga -Umuarama -Pr - Data 14/12/2022

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Na Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final deste período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Segundo dados fornecidos pela Coordenação de Matrículas do Núcleo Regional de Educação - NRE e o Resultado Preliminar do Censo Escolar da Educação Básica, o número de alunos matriculados de 15 a 17 anos no Ensino Médio é de 3.190. Como não temos dados atuais do Censo Demográfico da quantidade da população existente no município entre 15 a 17 anos, não foi possível calcular o índice municipal para essa meta.

De acordo com o relatório do quarto ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, em relação aos dados utilizados, a pandemia de Covid-19 limitou a coleta feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e reduziu o tamanho da amostra em 2020 e 2021. Isso acarretou impactos no cálculo dos indicadores e, conseqüentemente, no monitoramento do PNE. Assim, podem ter sido afetadas as estimativas de acesso à escola, especialmente em desagregações por unidades da Federação. Em nenhuma das unidades, o objetivo de universalização foi atingido. Em termos de crescimento, entre 2012 e 2021, o Paraná apresentou o maior crescimento, 11 p.p., enquanto no Acre foi registrado o menor aumento.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ**

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA
OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
– BRASIL – 2012-2021

Brasil/ Regiões/ UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2012/2021 (p.p.)
Brasil	88,8%	88,7%	89,2%	89,8%	90,8%	91,0%	91,6%	92,6%	94,3%	95,3%	6,5
Norte	88,8%	88,1%	89,0%	88,9%	90,1%	89,6%	90,4%	90,4%	94,1%	93,7%	4,9
Rondônia	83,8%	85,2%	86,9%	87,9%	88,5%	89,5%	91,2%	88,6%	93,7%	90,7%	6,9
Acre	89,5%	89,6%	88,5%	87,7%	89,5%	86,6%	87,9%	87,8%	95,1%	90,9%	1,4
Amazonas	87,9%	88,3%	88,8%	88,7%	88,7%	91,6%	90,5%	91,6%	94,4%	95,3%	7,4
Roraima	91,3%	89,7%	91,2%	89,1%	92,2%	91,6%	91,6%	91,6%	91,9%	94,0%	2,7
Pará	89,2%	88,0%	89,2%	89,4%	91,1%	88,2%	89,5%	89,9%	93,5%	93,2%	4,0
Amapá	93,2%	88,2%	89,3%	87,5%	92,3%	89,2%	90,8%	90,8%	92,4%	94,9%	1,7
Tocantins	91,9%	90,0%	90,8%	88,9%	89,3%	94,6%	95,3%	92,6%	98,3%	95,8%	3,9
Nordeste	87,6%	87,5%	87,8%	87,9%	88,9%	89,4%	89,8%	91,0%	92,7%	95,0%	7,4
Maranhão	88,3%	87,1%	88,6%	87,9%	89,8%	88,7%	89,5%	90,3%	93,7%	95,4%	7,1
Piauí	92,2%	89,6%	87,5%	89,0%	90,2%	93,0%	93,1%	93,5%	96,0%	95,2%	3,0
Ceará	86,2%	87,7%	86,3%	86,1%	85,8%	88,2%	89,8%	89,6%	94,7%	94,6%	8,4
Rio Grande do Norte	87,1%	89,1%	83,9%	89,6%	90,1%	89,6%	90,4%	94,0%	94,3%	95,3%	8,2
Paraíba	85,6%	86,5%	85,4%	87,4%	89,5%	88,3%	90,9%	89,4%	92,8%	93,3%	7,7
Pernambuco	87,0%	87,7%	89,0%	87,6%	87,9%	89,3%	89,1%	91,9%	91,8%	94,9%	7,9
Alagoas	85,0%	83,5%	86,1%	85,5%	86,1%	86,2%	85,5%	86,2%	89,0%	92,6%	7,6
Sergipe	86,0%	86,9%	89,7%	88,8%	88,3%	90,3%	89,0%	91,2%	94,8%	94,4%	8,4
Bahia	89,1%	88,1%	89,1%	89,0%	91,0%	90,6%	90,5%	92,1%	90,7%	96,3%	7,2
Sudeste	90,8%	89,7%	90,8%	92,0%	92,7%	92,9%	93,0%	94,3%	95,5%	95,9%	5,1
Minas Gerais	89,7%	88,9%	88,0%	88,0%	89,7%	91,6%	91,6%	92,6%	93,4%	95,5%	5,8
Espírito Santo	87,8%	86,9%	88,4%	90,7%	88,9%	88,2%	88,7%	91,3%	89,2%	95,3%	7,5
Rio de Janeiro	91,9%	91,5%	91,7%	93,0%	92,1%	94,7%	94,6%	96,3%	96,2%	97,0%	5,1
São Paulo	91,1%	89,8%	92,2%	93,7%	94,7%	93,3%	93,5%	94,8%	96,9%	95,8%	4,7
Sul	85,7%	88,2%	88,7%	89,4%	89,8%	90,8%	92,5%	93,5%	95,4%	95,9%	10,2
 Paraná	85,0%	87,1%	88,5%	88,6%	89,6%	90,4%	91,0%	92,3%	96,3%	96,0%	11,0

Fonte: file:///D:/Downloads/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao%20(1).pdf

Meta	Texto da meta
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 4A	Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.
Conceitos e definições	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola no município em qualquer etapa de ensino. Mede o grau de atendimento escolar no município e na faixa etária.
Fórmula de cálculo	$\frac{\text{Número de pessoas de 4 a 17 anos matriculadas na escola}}{\text{Número total de pessoas de 4 a 17 anos}} \times 100$
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	É inviável encontrar o comportamento dos indicadores durante o período, pois o relatório de linha de base 2014, primeiro ciclo, utiliza o Censo demográfico como fonte de dados. Contudo, as perguntas e as alternativas de resposta acerca de deficiências foram elaboradas de modo distinto nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Ausência de padronização/definição conceitual, pois as fontes de dados sugeridas (Censo demográfico e escolar) possuem conceitos diferentes de

	deficiências. O censo demográfico engloba todas as pessoas (matriculadas ou não) e o censo escolar apenas os matriculados. Não temos informações de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para as pessoas que estão fora da escola. Impossibilidade de desagregação municipal ano a ano.
Indicador 4B	Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
Conceitos e definições	Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.
Fórmula de cálculo	Matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação / Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação) x 100
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2022 (INEP). A idade de referência utilizada nesse indicador é a variável (NU_IDADE) do Censo Escolar e as variáveis código de matrícula (ID_MATRICULA) e idade como sendo no ano de nascimento do aluno. Essa opção foi assumida para que esse indicador, cujos dados estão disponíveis para os municípios, ficasse igual ao nacional. Observa-se que, na série calculada nesse estudo, não é mostrado o indicador para 2014, pois a variável (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA), necessária para se calcular o

	<p>indicador, não foi identificada nos microdados, impossibilitando usar a metodologia para calcular o indicador para o ano de 2014. Portanto, foram calculados apenas os indicadores para os anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.* PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM MAIS VERIFICAR DEFICIÊNCIAS E CRUZAMENTO DE GRUPOS DE IDADES COM TIPO DE CLASSES (SE ESPECIAIS OU EXCLUSIVAS). DESSA FORMA, PARA OS MUNICÍPIOS, A SÉRIE HISTÓRICA FICA INTERROMPIDA EM 2021 POR FALTA DE DADOS. PUBLICADOS.</p>
--	---

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 4B	-	79,2%	80,0%	79,6%	78,9%	76,0%	76,4%	-

Comentários sobre o Indicador 4B: As informações citadas abaixo foram retiradas do INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Número de Matrículas na Educação Especial em Classes Comuns, por Etapa de Ensino

ANO	ETAPA DE ENSINO						Total
	Ed. Infantil	Ens. Fund. Anos Iniciais	Ens. Fund. Anos Finais	Ens. Médio + Ed. Profissional Técnica + Formação	EJA EF	EJA EM	

				Inicial Continuada			
2021	72	142	154	74	42	13	497

Indicador 4C	Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.
Conceitos e definições	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.
Fórmula de cálculo	$\frac{\text{Número de matrículas de turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas ou cujo aluno está em turma de atendimento educacional especializado, da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação}}{\text{Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação}} \times 100.$
Unidade de medida	% de pessoas.
Comentários sobre a meta	Incluído e calculado conforme Relatório do 3o Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). * PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO

BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM MAIS VERIFICAR DEFICIÊNCIAS E CRUZAMENTO DE GRUPOS DE IDADES COM TIPO DE CLASSES (SE ESPECIAIS OU EXCLUSIVAS). DESSA FORMA, PARA OS MUNICÍPIOS, A SÉRIE HISTÓRICA FICA INTERROMPIDA EM 2021 POR FALTA DE DADOS PUBLICADOS.

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Ano	2020	2021
Indicador 4C	41,3%	-
Fonte: INEP – Censo Escolar Educação Básica		

Comentários sobre o Indicador 4C: As informações citadas abaixo foram retiradas do INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Número de matrículas na Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado

ANO	ETAPA DE ENSINO						Total
	Ed. Infantil	Ens. Fund. Anos Iniciais	Ens. Fund. Anos Finais	Ens. Médio	EJA EF	EJA EM	
2021	14*	136	161	48	05	-	364

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Umuarama – SME
Núcleo Regional de Educação de Umuarama – NRE

* As aulas presenciais iniciaram no 2º semestre para os estudantes do infantil 4 e 5.

Meta	Texto da meta
5	<i>Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 5A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)
Conceitos e definições	Estudantes com nível de proficiência considerado suficiente (3=adequado + 4=desejável). Mede a competência de leitura do estudante.
Fórmula de cálculo	$(\text{Nível 3} + \text{Nível 4}) / \text{Total de estudantes presentes e que preencheram a prova} \times 100$
Unidade de medida	% de estudantes
Comentários sobre a meta	

Indicador 5B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)
Conceitos e definições	Estudantes com nível de proficiência considerado suficiente (4=adequado + 5=desejável). Mede a competência de escrita do estudante.
Fórmula de cálculo	$(\text{Nível 4} + \text{Nível 5}) / \text{Total de estudantes presentes e que preencheram a prova} \times 100$
Unidade de medida	% de estudantes
Comentários sobre a meta	

Indicador 5C	Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência)
Conceitos e definições	Estudantes com nível de proficiência considerado suficiente (3=adequado + 4=desejável). Mede a competência em matemática do estudante.
Fórmula de cálculo	$((\text{Nível 3} + \text{Nível 4}) / \text{Total de estudantes presentes e que preencheram a prova}) \times 100$
Unidade de medida	% de estudantes
Comentários sobre a meta	

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	NIVEL 4
Indicador 5A				
2014	36,48%	36,48%	63,53%	63,53%
2016	40,88%	40,88%	59,12%	59,12%

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	NIVEL 4	NIVEL 5
Indicador 5B					
2014	18,57%	18,57%	18,57%	81,42%	81,42%
2016	19,08%	19,08%	19,08%	80,93%	80,93%

	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	NIVEL 4
Indicador 5C				
2014	38,86%	38,86%	61,15%	61,15%
2016	42,43%	42,43%	57,57%	57,57%

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)	Atingiu a meta (Sim, Não ou Parcialmente)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
1 - Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação do processo ensino aprendizagem visando adequar os objetivos e direitos de aprendizagem para cada ano do ensino fundamental	Concluída	Sim.	A partir do novo formato de ensino remoto houve a necessidade de adequação dos instrumentos avaliativos, sendo utilizados as atividades avaliativas constantes nos Cadernos de Atividades de Ensino e o nível de participação dos estudantes nas aulas online. No quarto bimestre, já com o retorno das aulas presenciais escalonadas foi possível aplicar as avaliações para os estudantes.
2- Garantir em cada turno e em cada escola da Rede Municipal de Ensino, um professor concursado para realizar o acompanhamento individualizado dos alunos do 1º ciclo e 2º ciclo, com dificuldades	Não iniciada	Não	Durante o período de aulas no formato de ensino remoto e também, no curto período de aulas presenciais, não foi possível dar continuidade em ações para o desenvolvimento

de aprendizagem, em horário de contraturno.			desta estratégia.
3 - Garantir nas escolas da rede municipal que tiverem mais de 400 alunos matriculados desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental duas coordenações pedagógicas de 40 horas/semanais.	Não iniciada	Não	Não foi realizada a alteração da Lei n.º 01/1990 e Lei Complementar n.º 227/2009, para prever duas vagas de coordenação pedagógica para instituições, portanto todas as unidades educacionais permaneceram com apenas um profissional desempenhando a função de coordenação pedagógica.
4 - Assegurar, aos educandos do Ensino Fundamental, uma política educacional que vise: a) O desenvolvimento de Projetos Pedagógicos com foco na aprendizagem; b) A garantia do sucesso na alfabetização dos educandos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; c) O acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos educandos; d) A redução da repetência com a implementação de programas	Em desenvolvimento	Parcialmente	a) Os projetos institucionais não foram desenvolvidos devido ao novo formato de atendimento durante a pandemia. b) Para garantir a alfabetização até o final do 3º ano, os materiais pedagógicos disponibilizados aos estudantes (<i>Cadernos de Atividades de Ensino</i>) e as aulas online foram focados nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática. c) O acompanhamento do desempenho escolar dos

<p>de reforço escolar e contraturno escolar;</p> <p>e) A redução do abandono escolar através do acompanhamento individual da não frequência;</p> <p>f) A permanência do educando na Escola para além da jornada regular, ofertando condições físicas, recursos humanos e materiais.</p>			<p>estudantes foi realizado durante o período das aulas online verificando-se o nível de participação de cada estudante e através da correção das atividades e das avaliações que constavam nos Cadernos de Atividades de Ensino. Com o retorno das aulas presenciais, em sistema de escalonamento de alunos foi possível o acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos estudantes através das atividades e avaliações realizadas em sala de aula.</p> <p>d) Não foi possível a implementação de ações para reforço escolar.</p> <p>e) Durante o ensino remoto, houve uma busca ativa para que todos os estudantes retirassem e entregassem os Cadernos de Atividades nos prazos estabelecidos e também participassem das aulas online, pois a frequência escolar era computada a partir dessas ações. Após o retorno das aulas presenciais, diante da</p>
---	--	--	---

			<p>infrequência do estudante, as ações previstas no Programa de Combate ao Abandono Escolar - PCAE foram realizadas.</p> <p>f) Não foi possível desenvolver ações referentes à permanência dos estudantes para além da jornada regular.</p>
<p>5 - Assegurar a revisão permanente do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar de cada Instituição de Ensino, garantindo um espaço de discussão na primeira reunião pedagógica do ano letivo, prevista em calendário escolar, contando com a participação efetiva dos profissionais envolvidos e com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e das especificidades de cada Instituição.</p>	Concluída	Sim	<p>O PPP e Regimento Escolar são revisados no início do ano letivo pela comunidade escolar garantindo a inserção das ações definidas para o ano no Plano de Ação.</p> <p>Também são revisados a cada 5 anos ou conforme alteração de legislação educacional e também para atender as necessidades da escola caso haja alteração na oferta de atendimento.</p>
<p>6 - Viabilizar a aplicação de Avaliação Educacional aos educandos do 1º ano do 1º ciclo e do 1º ano do 2º ciclo da Rede Municipal de Ensino, anualmente, visando aferir o nível de alfabetização e</p>	Não iniciada	Não	<p>É fundamental que se crie instrumentos para essa Avaliação Educacional para garantir uma avaliação de todo o processo ensino aprendizagem e futuras ações de implementação</p>

letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática.			do trabalho pedagógico
7 - Promover a Formação Continuada dos professores da rede municipal, aderindo a Programas do Governo Federal que venham contribuir para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.	Não iniciada	Não	No ano letivo de 2021 o governo federal não disponibilizou abertura de programas para adesão.
8 - Promover e estimular a Formação Continuada de professores alfabetizadores, para apropriação de conhecimentos de novas tecnologias e práticas pedagógicas educacionais que abordam a alfabetização na perspectiva do letramento.	Concluída	Sim	<p>Curso: “Gestão Eficaz - Formação gestora para equipe de alta produtividade”, formadora Angélica Domingues: 6 h (ferramenta zoom).</p> <p>Curso on-line: Escola Nacional de Administração Pública – Enap: 72h (escolavirtual.gov.br)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento fevereiro/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento março/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento</p>

			<p>junho/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento julho/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Alfabetização e letramento para professores do 1º ano (ferramenta google meet) – 20h, profº Drº Renilson Menegassi.</p> <p>Curso: Língua Portuguesa e Textualização para professores do 5º ano (ferramenta google meet) – 24h, profº Drº Renilson Menegassi.</p> <p>Curso: “Produção de Sequência de atividades de Matemática” para professores do 3º ano (ferramenta google meet) 8h, Prof. Dr. André Luis Trevisan</p> <p>Curso: “Produção de Sequência de atividades de Matemática” para professores do 5º ano (ferramenta google meet) 8h, Prof. Dr. André Luis Trevisan</p> <p>Conferência Intermunicipal da</p>
--	--	--	---

			<p>CONAE (on-line). Tema “INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira”, palestra Prof.^a Dr.^a Maria Luisa Furlan Costa - UEM.</p> <p>Curso: “A educação especial sob a perspectiva da teoria histórico-cultural” (ferramenta google meet)</p> <p>Live pela plataforma Youtube</p> <p>Palestra 1: “Breve histórico da Educação Sexual”, psicóloga Gésica Piraccini</p> <p>Palestra 2: “Refletir significativamente sobre as manifestações sexuais na infância em contexto escolar pós-pandemia, psicóloga Elaine Florian.</p> <p>Palestra 3: “Apresentação do Fluxograma construído em parceria com a rede municipal de ensino”,</p>
--	--	--	--

			<p>profª Sara Húngaro Lazaretti.</p> <p>Curso: Estudo e Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none">- Leitura do 10º capítulo ‘Uma lente restaurativa’ do livro Trocando as lentes – um foco sobre o crime e a justiça, do autor Howard Zehr.- Leitura do artigo “A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança” de L. S. Vigotski.- Leitura do excerto do livro “Modelo de ação para prevenção da violência e práticas restaurativas no contexto escolar” autoria não governamental Terre dos homens.- Leitura e estudo de textos sobre o cuidar e o educar, no desenvolvimento da educação infantil, à concepção de criança. <p>Texto 1: Retratos do cotidiano: iluminando pontos cegos das</p>
--	--	--	---

			<p>práticas na educação infantil.</p> <p>Texto 2: Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural.</p> <p>Texto 3: A potencialidade da brincadeira na educação infantil: das coisas que aprendi com as crianças.</p> <p>Texto 4: Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas.</p> <p>Texto 5: Experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento na educação infantil.</p> <p>Texto 6: Contribuições da teoria histórico-cultural para a educação da pequena infância.</p> <p>Texto 7: O desenvolvimento da linguagem oral da criança: contribuições da teoria histórico-cultural para a prática pedagógica na creche.</p>
9 - Garantir, na rede municipal de ensino, a continuidade do Planejamento Coletivo para os	Em andamento	Sim	No ano letivo de 2021, o planejamento coletivo foi readaptado devido ao período

<p>professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando assegurar:</p> <p>a) o uso da diversidade de métodos que alie teoria e prática pedagógica;</p> <p>b) a autonomia do professor, dentro do que rege a legalidade;</p> <p>c) o atendimento das especificidades de aprendizagem de cada turma;</p> <p>d) a garantia da alfabetização de todos os alunos até 8 anos de idade;</p> <p>e) cadernos pedagógicos de atividades pertinentes a cada ano letivo em todas as disciplinas, disponibilizados de forma on-line. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018)</p>			<p>pandêmico. O novo formato contou com a participação dos professores na Rede Pedagógica Colaborativa Digital (RPCD), trabalhando na elaboração de aulas e Planos de ensino que foram utilizados nas gravações das videoaulas.</p>
<p>10 - Assegurar a revisão da Proposta Pedagógica Curricular na rede municipal visando adequação do tempo/conteúdo/disciplina, garantindo os conhecimentos elementares e o direito de aprendizagem para cada ano do ensino fundamental.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>A Proposta Pedagógica Curricular é revisada e alterada, sempre que necessário, de acordo com os documentos norteadores (BNCC, Referencial Curricular do Paraná e Currículo em Ação) considerando a oferta de atendimento de cada unidade educacional.</p>

<p>11 - Estabelecer parcerias com a Saúde e Assistência Social, ampliando o número de atendimentos com profissionais especializados nas diversas áreas de apoio, como: fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, neuropediatra, psicopedagogia, psiquiatria, dentre outras, de acordo com as necessidades dos alunos do ensino fundamental.</p>	<p>Não Iniciada.</p>	<p>Não.</p>	<p>Até o momento não há parceria entre as secretarias no sentido de priorização do atendimento, nem mesmo ampliação no número de atendimentos. A oferta do atendimento é realizada através da UBS de referência da família. Esse atendimento inicial é a forma de articular os encaminhamentos necessários.</p>
---	----------------------	-------------	---

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A meta 5 é composta por 11 estratégias. As estratégias 1, 5, 8 e 10 foram concluídas, as estratégias 4 e 9 estão em desenvolvimento e as estratégias 2, 3, 6, 7 e 11 não foram iniciadas.

Ressaltamos algumas considerações sobre as estratégias da meta 5 que ainda não foram iniciadas e que merecem atenção para que sejam executadas nos próximos dois anos:

- Estratégia 6: Viabilizar a aplicação de Avaliação Educacional aos educandos do 1º ano do 1º ciclo e do 1º ano do 2º ciclo da Rede Municipal de Ensino, anualmente, visando aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática: É necessário esforços para que a Avaliação Educacional aos educandos do 1º ano do 1º ciclo e do 1º ano do 2º ciclo

seja aplicada nas instituições de ensino.

- Estratégia 11: Estabelecer parcerias com a Saúde e Assistência Social, ampliando o número de atendimentos com profissionais especializados nas diversas áreas de apoio, como: fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, neuropediatra, psicopedagogia, psiquiatria, dentre outras, de acordo com as necessidades dos alunos do ensino fundamental: Até o momento não há parceria entre as secretarias no sentido de priorização do atendimento, nem mesmo ampliação no número de atendimentos. A oferta do atendimento é realizada através da UBS de referência da família. Esse atendimento inicial é a forma de articular os encaminhamentos necessários.

Em relação às estratégias 2 e 9, ressaltamos a importância da continuidade em garantir em cada turno e em cada escola da Rede Municipal de Ensino, um professor concursado para realizar o acompanhamento individualizado dos alunos do 1º ciclo e 2º ciclo, com dificuldades de aprendizagem, em horário de contra turno, que foi iniciado através do Clube do Saber no ano de 2019 e a continuidade do Planejamento Coletivo para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas estratégias são de suma importância para a redução da repetência e sucesso no processo de ensino aprendizagem.

Para finalizar, ressaltamos que a Avaliação Nacional de Alfabetização-ANA foi realizada pela última vez no ano de 2016, portanto não há dados comparativos neste monitoramento. Para o cálculo dos indicadores utilizamos os dados do Caderno de subsídios Seed/Ipardes para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Paraná – Junho/2021.

Meta	Texto da meta
6	<i>Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos da educação básica.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 6A	Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.
--------------	--

Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	(Número de alunos ETI / Número de alunos matriculados na educação básica pública) x 100
Unidade de medida	
Comentários sobre a meta	

Indicador 6B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares
Conceitos e definições	(Número de escolas que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral / número de escolas que possuem pelo menos um aluno do público alvo da ETI) x100
Fórmula de cálculo	
Unidade de medida	
Comentários sobre a meta	

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 6A	-	6,9%	8,2%	1,8%	1,4%	1,4%	2,4%	3,8%
Indicador 6B	-	60,9%	37%	3,7%	2,3%	2,3%	4,5%	4,5%

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia <i>(Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)</i>	Atingiu a meta <i>(Sim, Não ou Parcialmente)</i>	Comentários <i>(se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)</i>
<p>1 - Ampliar os padrões de infraestrutura para as Instituições de Ensino Fundamental, assegurando e prevendo:</p> <p>a) Quadras esportivas cobertas, biblioteca e refeitório;</p> <p>b) Adaptações para o atendimento e acessibilidade dos educandos com deficiência;</p> <p>c) Manutenção de equipamentos eletroeletrônicos;</p> <p>d) Reposição do acervo das bibliotecas;</p> <p>e) Mobiliários, equipamentos e materiais de expediente, materiais pedagógicos e materiais esportivos.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Em 2021 foi dada continuidade às benfeitorias nas unidades educacionais municipais, sendo aplicados R\$ 2.356.775,03, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de 6 (seis) salas de aula, construção de muro de arrimo, e reforma na estrutura existente na Escola Municipal Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, concluído em 2021, sob contrato nº 32/2020 resultante do Processo Administrativo nº 1.438/2019, Tomada de Preço nº 29/2019; - Construção da central de gás, troca de pisos, construção de banheiro, ampliação da cozinha e das janelas do maternal e jardim da Escola Municipal Carlos Gomes, resultante do Processo Administrativo nº 531/2020, Tomada de Preço nº 17/2020; por meio do qual a obra foi abandonada em 2021 e retomada novamente em 2022, após aplicadas as devidas sanções à empresa contratada e elaboração de novo processo licitatório; - Construção de quadra, colocação de alambrado, pintura, construção da calçada, reforma nos banheiros e telhados da Escola Municipal São Cristóvão, concluído em 2021, sob contrato nº

			<p>113/2020, resultante do Processo Administrativo nº 113/2020, Tomada de Preço nº 9/2020;</p> <ul style="list-style-type: none">- Construção de banheiro e banheiro acessível, cobertura do pátio, e troca de pisos da Escola Municipal Jardim União, concluído em 2021, sob contrato nº 289/2020, resultante do Processo Administrativo nº 626/2020, Tomada de Preço nº 21/2020;- Substituição de piso e forro, reforma na área de serviço, banheiro, telhado, parquinho e pintura na Escola Municipal Papa Pio XII, no distrito de Lovat, concluído em 2021, sob contrato nº 11/2021, resultante do Processo Administrativo nº 1.268/2020, Tomada de Preço nº 36/2019;- Reforma do ginásio de esportes da Escola Municipal Rui Barbosa, concluído em 2021, resultante do Processo Administrativo nº 923/2020, Tomada de Preço nº 29/2020;- Construção de muro de arrimo, construção da cozinha e refeitório, reforma do pátio e dos banheiros da Escola Municipal Manuel Bandeira, resultante do Processo Administrativo nº 923/2020, Tomada de Preço nº 29/2020; por meio do qual a obra foi abandonada em 2020 e retomada novamente em 2022, após aplicadas as devidas sanções à empresa contratada e elaboração de novo processo licitatório.
--	--	--	--

			<p>- Ativação dos banheiros dos blocos superiores, construção de passarela na entrada do portão, ampliação da cozinha, troca da estação central de gás da Escola Municipal Evangélica, resultante do Processo Administrativo nº 462/2020, Tomada de Preço nº 16/2020;</p> <p>Além dessas, após consulta no setor de projetos técnicos do Município, ficou constatado que estão em fase de elaboração os seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escola Municipal Ângelo Moreira da Fonseca - Reforma e Ampliação - Licitação do projeto realizada - Empresa vencedora: A C Assessoria Técnica em Engenharia Civil LTDA - Fase de elaboração de contrato; - Escola Municipal Analides de Oliveira Caruso: Reforma e Ampliação - Licitação do projeto realizada - Empresa vencedora: A C Assessoria Técnica em Engenharia Civil LTDA - Fase de elaboração de contrato - Escola Municipal Cândido Portinari - Reforma e Ampliação - Projetos, memoriais e orçamento em elaboração pela Diretoria de Projetos Técnicos (Estimativa de custo da obra: R\$ 3.000.000,00) - Escola Municipal de Serra dos Dourados - Reforma e Ampliação - Em definição se será elaborado na Diretoria de Projetos Técnicos ou se será terceirizado - Escola Municipal de Lovat - Reforma e Ampliação - Em definição se será elaborado na
--	--	--	--

			<p>Diretoria de Projetos Técnicos ou se será terceirizado.</p> <p>E ainda, completam a pauta de reformas e ampliações da educação municipal os planejamentos abaixo, cujos projetos ainda não estão em fase de elaboração, porém constituem intenção de investimento diante das necessidades identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Escola Municipal Tempo Integral: Refeitório, ampliação da cozinha, canaleta de água, paver no pátio, biblioteca.- Escola Municipal São Francisco de Assis: Construir uma secretaria com sala de direção, adaptar a secretaria atual em sala de aula, construir 3 salas de aula e espaço para atividade física com almoxarifado e bebedouro com acesso para a Escola Mun. Tempo Integral.- Escola Municipal Dr. Germano Norberto Rudner: Espaço coberto para atividade física, almoxarifado, substituição de alambrado por grade, adequações na secretaria, colocação de emborrachado para o parque.- Escola Municipal Vinícius de Moraes: Refeitório, lavanderia e banheiro de funcionários, acesso da entrada, frente, secretaria, espaço para atividade física.- Escola Municipal Ouro Branco: Espaço para atividade física com almoxarifado e bebedouro, lavanderia, reativar banheiro, fazer secretaria
--	--	--	---

			<p>com sala da direção e adaptar a atual para sala de aula.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escola Municipal Padre José de Anchieta: Espaço para atividade física com almoxarifado e bebedouro, adequar cobertura do pátio. - Escola Municipal Jardim União: Cobertura da quadra poliesportiva.
<p>2 - Ampliar e reestruturar a estrutura-física, os recursos humanos e a proposta curricular das escolas da rede municipal, tornando-se possível o atendimento de um maior número de crianças em tempo integral na escola onde estudam, procurando atender a Meta 6 do Plano Nacional que é ofertar a educação em tempo integral em, no mínimo 50 % das escolas públicas.</p>	Em desenvolvimento	Parcialmente	<p>No ano de 2021, a Secretaria Municipal de Educação regularizou toda a documentação necessária para que as escolas Benjamin Constant e Evangélica ofertem o ensino em tempo integral no ano de 2022.</p>
<p>3 - Aderir, em regime de colaboração, a Programas de construção de escolas com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018).</p>	Não iniciada	Não	<p>Não foi disponibilizado nenhum programa para construção de escolas para atendimento em tempo integral no ano de 2021.</p> <p>A gestão municipal estuda possibilidades de fazer adaptações nos prédios escolares já existentes com esse objetivo, porém, com recursos próprios.</p>

<p>4 - Aderir a Programas do Governo Federal que garantam a ampliação da jornada escolar dos alunos da Educação Básica (Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).</p>	<p>Não iniciada</p>	<p>Não</p>	<p>Nenhum programa para ampliação de jornada escolar foi disponibilizado pelo Governo Federal no ano letivo de 2021.</p>
<p>5 - Ampliar o número de atendimentos de alunos no Programa Mais Educação e implementar mecanismos que promovam a permanência desses alunos no programa, garantindo alimentação adequada durante o período de permanência na escola, acompanhamento de profissional capacitado, como professor comunitário e auxiliar de serviços gerais, bem como espaço físico necessários.</p>	<p>Não iniciada</p>	<p>Não</p>	<p>No ano de 2021 não foram desenvolvidas ações do Programa Mais Educação.</p>

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A meta 6 é composta por 5 estratégias: As estratégias 1 e 2 estão em desenvolvimento e as estratégias 3, 4 e 5 não foram iniciadas.

A Secretaria Municipal de Educação iniciou e concluiu em 2021 o processo de oferta de atendimento em tempo integral junto ao Núcleo Regional de Educação para as escolas municipais Evangélica e Benjamin Constant.

A Escola Municipal Evangélica passará a ofertar o atendimento em tempo integral em um novo prédio que está em fase de finalização de obra, localizado no Bairro 1º de Maio.

No ano de 2021 a rede estadual de ensino ofertou o atendimento em tempo integral no Colégio Estadual Prof.^a Hilda T. Kamal, atendendo 283 alunos no Ensino Fundamental e 77 no Ensino Médio, total de 360 estudantes.

Em relação às estratégias 3, 4 e 5 que não foram iniciadas, consideramos:

Estratégia 3 - Aderir, em regime de colaboração, a Programas de construção de escolas com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018). Não foi possível a execução dessa estratégia por falta de abertura de Programas.

Estratégia 4 - Aderir a Programas do Governo Federal que garantam a ampliação da jornada escolar dos alunos da Educação Básica (Ed. Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Não foi possível a execução dessa estratégia por falta de abertura de programas do Governo Federal.

Estratégia 5 - Ampliar o número de atendimentos de alunos no Programa Mais Educação e implementar mecanismos que promovam a permanência desses alunos no programa, garantindo alimentação adequada durante o período de permanência na escola, acompanhamento de profissional capacitado, como professor comunitário e auxiliar de serviços gerais, bem como espaço físico, necessários. Entre os anos de 2019 e 2021 não houve ações do Programa Mais Educação.

Meta	Texto da meta
7	<i>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IDEB estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 7A	Média do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental.
--------------	--

Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	
Unidade de medida	
Comentários sobre a meta	

Indicador 7B	Média do Ideb nos anos finais do ensino fundamental
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	
Unidade de medida	
Comentários sobre a meta	

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2013	2015	2017	2019
Indicador 7A	-	6,0	6,6	6,6
Indicador 7B	-	4,6	4,8	5,5

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)	Atingiu a meta (Sim, Não ou Parcialmente)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
<p>1 - Ampliar os padrões de infraestrutura para as Instituições de Ensino Fundamental, assegurando e prevendo:</p> <p>a) Quadras esportivas cobertas, biblioteca e refeitório;</p> <p>b) Adaptações para o atendimento e acessibilidade dos educandos com deficiência;</p> <p>c) Manutenção de equipamentos eletroeletrônicos;</p> <p>d) Reposição do acervo das bibliotecas;</p> <p>e) Mobiliários, equipamentos e materiais de expediente, materiais pedagógicos e materiais esportivos.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Sim</p>	<p>Em 2021 foi dada continuidade às benfeitorias nas unidades educacionais municipais, sendo aplicados R\$ 2.356.775,03, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de 6 (seis) salas de aula, construção de muro de arrimo, e reforma na estrutura existente na Escola Municipal Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, concluído em 2021, sob contrato nº 32/2020 resultante do Processo Administrativo nº 1.438/2019, Tomada de Preço nº 29/2019; - Construção da central de gás, troca de pisos, construção de banheiro, ampliação da cozinha e das janelas do maternal e jardim da Escola Municipal Carlos Gomes, resultante do Processo Administrativo nº 531/2020, Tomada de Preço nº 17/2020; por meio do qual a obra foi abandonada em 2021 e retomada novamente em 2022, após aplicadas as devidas sanções à empresa contratada e elaboração de novo processo licitatório; - Construção de quadra, colocação de alambrado, pintura, construção da calçada, reforma nos banheiros e telhados da Escola Municipal São Cristóvão, concluído em 2021, sob

			<p>contrato nº 113/2020, resultante do Processo Administrativo nº 113/2020, Tomada de Preço nº 9/2020;</p> <ul style="list-style-type: none">- Construção de banheiro e banheiro acessível, cobertura do pátio, e troca de pisos da Escola Municipal Jardim União, concluído em 2021, sob contrato nº 289/2020, resultante do Processo Administrativo nº 626/2020, Tomada de Preço nº 21/2020;- Substituição de piso e forro, reforma na área de serviço, banheiro, telhado, parquinho e pintura na Escola Municipal Papa Pio XII, no distrito de Lovat, concluído em 2021, sob contrato nº 11/2021, resultante do Processo Administrativo nº 1.268/2020, Tomada de Preço nº 36/2019;- Reforma do ginásio de esportes da Escola Municipal Rui Barbosa, concluído em 2021, resultante do Processo Administrativo nº 923/2020, Tomada de Preço nº 29/2020;- Construção de muro de arrimo, construção da cozinha e refeitório, reforma do pátio e dos banheiros da Escola Municipal Manuel Bandeira, resultante do Processo Administrativo nº 923/2020, Tomada de Preço nº 29/2020; por meio do qual a obra foi abandonada em 2020 e retomada novamente em 2022, após aplicadas as devidas sanções à empresa contratada e elaboração de novo processo licitatório.- Ativação dos banheiros dos blocos superiores,
--	--	--	--

			<p>construção de passarela na entrada do portão, ampliação da cozinha, troca da estação central de gás da Escola Municipal Evangélica, resultante do Processo Administrativo nº 462/2020, Tomada de Preço nº 16/2020;</p> <p>Além dessas, após consulta no setor de projetos técnicos do Município, ficou constatado que estão em fase de elaboração os seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Escola Municipal Ângelo Moreira da Fonseca - Reforma e Ampliação - Licitação do projeto realizada - Empresa vencedora: A C Assessoria Técnica em Engenharia Civil LTDA - Fase de elaboração de contrato;- Escola Municipal Analides de Oliveira Caruso: Reforma e Ampliação - Licitação do projeto realizada - Empresa vencedora: A C Assessoria Técnica em Engenharia Civil LTDA - Fase de elaboração de contrato- Escola Municipal Cândido Portinari - Reforma e Ampliação - Projetos, memoriais e orçamento em elaboração pela Diretoria de Projetos Técnicos (Estimativa de custo da obra: R\$ 3.000.000,00)- Escola Municipal de Serra dos Dourados - Reforma e Ampliação - Em definição se será elaborado na Diretoria de Projetos Técnicos ou se será terceirizado- Escola Municipal de Lovat - Reforma e Ampliação - Em definição se será elaborado na Diretoria de Projetos Técnicos ou se será terceirizado. <p>E ainda, completam a pauta de reformas e ampliações da educação municipal os planejamentos abaixo, cujos</p>
--	--	--	--

			<p>projetos ainda não estão em fase de elaboração, porém constituem intenção de investimento diante das necessidades identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escola Municipal Tempo Integral: Refeitório, ampliação da cozinha, canaleta de água, paver no pátio, biblioteca. - Escola Municipal São Francisco de Assis: Construir uma secretaria com sala de direção, adaptar a secretaria atual em sala de aula, construir 3 salas de aula e espaço para atividade física com almoxarifado e bebedouro com acesso para a Escola Mun. Tempo Integral. - Escola Municipal Dr. Germano Norberto Rudner: Espaço coberto para atividade física, almoxarifado, substituição de alambrado por grade, adequações na secretaria, colocação de emborrachado para o parque. - Escola Municipal Vinícius de Moraes: Refeitório, lavanderia e banheiro de funcionários, acesso da entrada, frente, secretaria, espaço para atividade física. - Escola Municipal Ouro Branco: Espaço para atividade física com almoxarifado e bebedouro, lavanderia, reativar banheiro, fazer secretaria com sala da direção e adaptar a atual para sala de aula. - Escola Municipal Padre José de Anchieta: Espaço para atividade física com almoxarifado e bebedouro, adequar cobertura do pátio. - Escola Municipal Jardim União: Cobertura da quadra poliesportiva.
2 - Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação do	Concluída	Sim	A partir do novo formato de ensino remoto houve a necessidade de adequação dos instrumentos avaliativos, sendo

<p>processo ensino aprendizagem visando adequar os objetivos e direitos de aprendizagem para cada ano do ensino fundamental.</p>			<p>utilizados as atividades avaliativas constantes nos Cadernos de Atividades de Ensino e o nível de participação dos estudantes nas aulas online. No quarto bimestre, já com o retorno das aulas presenciais escalonadas foi possível aplicar as avaliações para os estudantes.</p>
<p>3 - Garantir em cada turno e em cada escola da Rede Municipal de Ensino, um professor concursado para realizar o acompanhamento individualizado dos alunos do 1º ciclo e 2º ciclo, com dificuldades de aprendizagem, em horário de contraturno.</p>	<p>Não iniciada</p>	<p>Não</p>	<p>Durante o período de aulas no formato de ensino remoto e também, no curto período de aulas presenciais, não foi possível dar continuidade em ações para o desenvolvimento desta estratégia.</p>
<p>4 - Ampliar e reestruturar a estrutura-física, os recursos humanos e a proposta curricular das escolas da rede municipal, tornando-se possível o atendimento de um maior número de crianças em tempo integral na escola onde estudam, procurando atender a Meta 6 do Plano Nacional que é ofertar a educação em tempo integral em, no mínimo 50 % das escolas públicas.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>No ano de 2021, a Secretaria Municipal de Educação regularizou toda a documentação necessária para que as escolas Benjamin Constant e Evangélica ofertem o ensino em tempo integral no ano de 2022.</p>
<p>5 - Garantir nas escolas da rede municipal que tiverem mais de 400 alunos matriculados desde a</p>	<p>Não iniciada</p>	<p>Não</p>	<p>Não foi realizada a alteração da Lei n.º 01/1990 e Lei Complementar n.º 227/2009, para prever duas vagas de coordenação pedagógica para instituições, portanto todas as</p>

<p>Educação Infantil até o Ensino Fundamental duas coordenações pedagógicas de 40 horas/semanais. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018).</p>			<p>unidades educacionais permaneceram com apenas um profissional desempenhando a função de coordenação pedagógica.</p>
<p>6 - Garantir dois secretários escolares concursados na rede municipal, por escola, para as escolas que tiverem mais de 400 alunos matriculados desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Observou-se que a Secretaria Municipal de Educação garantiu dois secretários, porém, através de Processo Seletivo Simplificado - PSS. A SME demonstra interesse em convocar profissionais concursados para suprir as vagas, atendendo dessa forma, definitivamente a estratégia, porém será necessário fazer a alteração de lei, prevendo as duas vagas por unidade escolar e a realização de concurso público.</p>
<p>7 - Assegurar, aos educandos do Ensino Fundamental, uma política educacional que vise: a) O desenvolvimento de Projetos Pedagógicos com foco na aprendizagem; b) A garantia do sucesso na alfabetização dos educandos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; c) O acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos educandos; d) A redução da repetência com a implementação de programas de reforço escolar e contraturno escolar; e) A redução do abandono escolar</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>a) Os projetos institucionais não foram desenvolvidos devido ao novo formato de atendimento durante a pandemia. b) Para garantir a alfabetização até o final do 3º ano, os materiais pedagógicos disponibilizados aos estudantes (<i>Cadernos de Atividades de Ensino</i>) e as aulas online foram focados nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática. c) O acompanhamento do desempenho escolar dos estudantes foi realizado durante o período das aulas online verificando-se o nível de participação de cada estudante e através da correção das atividades e das avaliações que constavam nos Cadernos de Atividades de Ensino. Com o retorno das aulas presenciais, em sistema de escalonamento de alunos foi possível o acompanhamento sistemático do desempenho escolar dos estudantes através das atividades e avaliações realizadas em sala de aula. d) Não foi possível a implementação de ações para reforço escolar.</p>

através do acompanhamento individual da não frequência; f) A permanência do educando na Escola para além da jornada regular, ofertando condições físicas, recursos humanos e materiais.			e) Durante o ensino remoto, houve uma busca ativa para que todos os estudantes retirassem e entregassem os Cadernos de Atividades nos prazos estabelecidos e também participassem das aulas online, pois a frequência escolar era computada a partir dessas ações. Após o retorno das aulas presenciais, diante da infrequência do estudante, as ações previstas no Programa de Combate ao Abandono Escolar - PCAE foram realizadas. f) Não foi possível desenvolver ações referentes à permanência dos estudantes para além da jornada regular.
8 - Fomentar a articulação entre as instituições da Rede Municipal e Estadual e as instituições de Ensino Médio, Superior, Programas Sociais e Culturais para possibilitar a todos os alunos do Ensino Fundamental a participação em projetos, eventos culturais e esportivos.	Não iniciada	Não	Devido ao formato de ensino remoto a estratégia não pode ser desenvolvida.
9 - Criar mecanismos nas escolas para incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Concluída	Sim	No período do ensino remoto, o mecanismo criado para estreitar as relações entre escola e famílias foi o contato por telefone, onde os professores conversavam com os pais dos seus alunos sobre a vida de seus filhos (<i>aspectos escolares e emocionais diante da pandemia</i>).
10 - Viabilizar a aplicação de Avaliação Educacional aos educandos do 1º ano do 1º ciclo e	Não iniciada	Não	É fundamental que se crie instrumentos para essa Avaliação

do 1º ano do 2º ciclo da Rede Municipal de Ensino, anualmente, visando aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática.			Educacional para garantir uma avaliação de todo o processo ensino aprendizagem e futuras ações de implementação do trabalho pedagógico
11 - Efetivar a Avaliação Institucional nas escolas da rede municipal e estadual, considerando todos os aspectos e os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de gerar informações acerca da realidade escolar que orientarão o redirecionamento das ações em busca da melhoria da qualidade de ensino. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018).	Não iniciada	Não	
12 - Promover a discussão e a reflexão do Processo Avaliativo desenvolvidos nas Instituições de Ensino Fundamental.	Concluída	Sim	A oportunidade de discutir e refletir sobre o processo avaliativo ocorreu em diversos momentos durante o ano letivo em reuniões de gestores e também em reuniões com professores realizadas de forma online. O ensino remoto dificultou o processo avaliativo pois avaliar a aprendizagem do aluno em casa tornou-se algo bastante complicado.
13 - Promover a Formação Continuada dos professores da rede municipal, aderindo a Programas do Governo Federal que venham	Não iniciada	Não	No ano letivo de 2021 o governo federal não disponibilizou abertura de programas para adesão.

<p>contribuir para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.</p>			
<p>14 - Promover e estimular a Formação Continuada de professores alfabetizadores, para apropriação de conhecimentos de novas tecnologias e práticas pedagógicas educacionais que abordem a alfabetização na perspectiva do letramento.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Curso: “Gestão Eficaz - Formação gestora para equipe de alta produtividade”, formadora Angélica Domingues: 6 h (ferramenta zoom).</p> <p>Curso on-line: Escola Nacional de Administração Pública – Enap: 72h (escolavirtual.gov.br)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento fevereiro/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento março/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento junho/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Estudo e planejamento julho/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Curso: Alfabetização e letramento para professores do 1º ano (ferramenta google meet) – 20h, profº Drº Renilson Menegassi.</p> <p>Curso: Língua Portuguesa e Textualização para professores do 5º ano (ferramenta google meet) – 24h, profº Drº Renilson Menegassi.</p> <p>Curso: “Produção de Sequência de atividades de Matemática” para professores do 3º ano (ferramenta google</p>

			<p>meet) 8h, Prof. Dr. André Luis Trevisan</p> <p>Curso: “Produção de Sequência de atividades de Matemática” para professores do 5º ano (ferramenta google meet) 8h, Prof. Dr. André Luis Trevisan</p> <p>Conferência Intermunicipal da CONAE (on-line). Tema “INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira”, palestra Prof.^a Dr.^a Maria Luisa Furlan Costa - UEM.</p> <p>Curso: “A educação especial sob a perspectiva da teoria histórico-cultural” (ferramenta google meet)</p> <p>Live pela plataforma Youtube</p> <p>Palestra 1: “Breve histórico da Educação Sexual”, psicóloga Gésica Piraccini</p> <p>Palestra 2: “Refletir significativamente sobre as manifestações sexuais na infância em contexto escolar pós-pandemia, psicóloga Elaine Florian.</p> <p>Palestra 3: “Apresentação do Fluxograma construído em parceria com a rede municipal de ensino”, prof^a Sara Húngaro Lazaretti.</p> <p>Curso: Estudo e Planejamento</p> <p>- Leitura do 10º capítulo ‘Uma lente restaurativa’ do livro Trocando as lentes – um foco sobre o crime e a justiça, do autor Howard Zehr.</p>
--	--	--	---

			<p>- Leitura do artigo “A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança” de L. S. Vigotski.</p> <p>- Leitura do excerto do livro “Modelo de ação para prevenção da violência e práticas restaurativas no contexto escolar” autoria não governamental Terre dos homens.</p> <p>- Leitura e estudo de textos sobre o cuidar e o educar, no desenvolvimento da educação infantil, à concepção de criança.</p> <p>Texto 1: Retratos do cotidiano: iluminando pontos cegos das práticas na educação infantil.</p> <p>Texto 2: Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural.</p> <p>Texto 3: A potencialidade da brincadeira na educação infantil: das coisas que aprendi com as crianças.</p> <p>Texto 4: Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas.</p> <p>Texto 5: Experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento na educação infantil.</p> <p>Texto 6: Contribuições da teoria histórico-cultural para a educação da pequena infância.</p> <p>Texto 7: O desenvolvimento da linguagem oral da criança: contribuições da teoria histórico-cultural para a prática pedagógica na creche.</p>
15 - Garantir, na rede municipal de ensino, a continuidade do Planejamento Coletivo para os	Em desenvolvimento	Sim	No ano letivo de 2021, o planejamento coletivo foi readaptado devido ao período pandêmico. O novo formato contou com a

<p>professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando assegurar:</p> <p>a) o uso da diversidade de métodos que alie teoria e prática pedagógica;</p> <p>b) a autonomia do professor, dentro do que rege a legalidade; c) o atendimento das especificidades de aprendizagem de cada turma;</p> <p>d) a garantia da alfabetização de todos os alunos até 8 anos de idade;</p> <p>e) cadernos pedagógicos de atividades pertinentes a cada ano letivo em todas as disciplinas, disponibilizados de forma on-line. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018).</p>			<p>participação dos professores na Rede Pedagógica Colaborativa Digital (RPCD), trabalhando na elaboração de aulas e Planos de ensino que foram utilizados nas gravações das videoaulas.</p>
<p>16 - Assegurar que no transporte escolar realizado pela secretaria municipal de educação os itinerários (casa/escola, escola/casa) não ultrapassem 60 minutos. (Alterado pela Lei nº 4.309/2018).</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>O Setor de Transporte Escolar, da Secretaria de Educação organiza as rotas de acordo com o que está estabelecido na Resolução n.º 777/2013 - GS/SEED e trabalha para otimizar o tempo de permanência dos alunos dentro dos veículos, porém, infelizmente, diante da distância entre residência/escola, principalmente das zonas rurais, e/ou situações particulares das famílias, em alguns casos, os próprios responsáveis não aceitam as mudanças de turno quando favorecem um itinerário mais rápido.</p>
<p>17 - Garantir em cada instituição de ensino da rede municipal e estadual, um funcionário para atendimento às demandas de uso e organização da</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	

biblioteca escolar.			
18 - Construir instalações físicas de maneira a assegurar independência da estrutura física a todas as escolas da rede municipal, cessando o regime de dualidade/compartilhamento entre escolas estaduais e escolas municipais.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19 - Assegurar a revisão da Proposta Pedagógica Curricular na rede municipal visando adequação do tempo/conteúdo/disciplina, garantindo os conhecimentos elementares e o direito de aprendizagem para cada ano do ensino fundamental.	Concluída	Sim	A Proposta Pedagógica Curricular é revisada e alterada, sempre que necessário, de acordo com os documentos norteadores (BNCC, Referencial Curricular do Paraná e Currículo em Ação) considerando a oferta de atendimento de cada unidade educacional.
20 - Estabelecer parcerias com a Saúde e Assistência Social, ampliando o número de atendimentos com profissionais especializados nas diversas áreas de apoio, como: fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, neuropediatra, psicopedagogia, psiquiatria, dentre outras, de acordo com as necessidades dos alunos do ensino fundamental.	Não iniciada	Não	O início do atendimento deve ser feito através da UBS de referência da família. Esse atendimento inicial é a forma de articular os encaminhamentos necessários. Na UBS haverá a avaliação inicial para saber quais as reais demandas do atendimento, porém, não há uma priorização no atendimento, seguindo o fluxo da UBS.

21 - Garantir que o número máximo de alunos no 1º e 2º Ciclos, não seja excedido, assegurando professor auxiliar para as turmas em que o fato ocorrer.	Em desenvolvimento	Parcialmente	Observa-se que a organização de matrículas por georreferenciamento contribui para uma melhor distribuição das vagas escolares, porém, infelizmente, em algumas regiões mais populosas ainda ocorrem casos onde o número de alunos previsto ultrapasse.
22 - Assegurar que o número máximo de alunos do 1º ao 5º ano não exceda a 25 (vinte e cinco) alunos por turma. (Acréscimo – Lei nº 4.309/2018)	Não iniciada	Não	

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A meta 7 é composta por 22 estratégias: As estratégias 2, 9, 12, 14, 17 e 19 foram concluídas. As estratégias 1, 4, 6, 7, 15, 16, 18 e 21 estão em desenvolvimento e as estratégias 3, 5, 8, 10, 11, 13, 20 e 22 não foram iniciadas.

Ressaltamos o empenho da gestão municipal que investiu recursos para ampliação e melhorias nas estruturas físicas e aquisição de equipamentos e mobiliários para as unidades educacionais da rede municipal de ensino no ano de 2021 e reforçamos a importância da continuidade de investimentos na manutenção de todas as benfeitorias da estrutura física das escolas.

Meta	Texto da meta
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano Nacional de Educação, para as populações do campo, da região de menor

	escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
--	--

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 8A	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade
Conceitos e definições	Média de 12 anos de estudo a ser alcançada pela população com idade entre 18 a 29 anos até 2024.
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / Total da população de 18 a 29 anos de idade
Unidade de medida	Razão percentual
Comentários sobre a meta	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos de todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.

Indicador 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural
Conceitos e definições	Média de 12 anos de estudo da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, a ser alcançada até 2024.
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos

	de idade residente no campo / População de 18 a 29 anos de idade residente no campo
Unidade de medida	Razão percentual
Comentários sobre a meta	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos de todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.
Indicador 8C	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)
Conceitos e definições	Média de 12 anos de estudos a ser alcançada pela população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) pertencentes aos 25% mais pobres da população.
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres / População de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres
Unidade de medida	Razão percentual
Comentários sobre a meta	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos de todas as pessoas. Informação disponível somente para anos censitários. Mesmo para o Estado, o coeficiente de variação da PNAD não recomenda desagregação para essa faixa etária, seguida de faixas de rendimento.

Indicador 8D	Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos
Conceitos e definições	Razão percentual da escolaridade média de negros e não negros, na faixa etária de 18 a 29 anos seja igualada até o ano de 2024.
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo de negros 'pretos e pardos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / População de negros 'pretos e pardos' de 18 a 29 anos de idade. Soma dos anos de estudos de não negros 'brancos e amarelos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / população de não negros 'brancos e amarelos' de 18 a 29 anos de idade.
Unidade de medida	Razão percentual
Comentários sobre a meta	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos de todas as pessoas. Informação disponível somente para anos censitários.

Os indicadores da Meta 8 não foram possíveis de ser mensurados, por falta de um indicador oficial. Ressalta-se que o atendimento à parcela dessa população não é de responsabilidade do município, porém o município mantém a oferta para a modalidade de EJA Fase I.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES, não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos de todas as pessoas, por isso não é possível observar o comportamento dos indicadores.

Segundo as pesquisas, observou-se que não há informações municipais sobre o comportamento dos indicadores dessa meta referente ao período monitorado. O último dado oficial que consta no site http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php é referente ao ano de 2018, 2º ciclo, porém os dados apresentados não são municipais apenas referente a mesorregião.

Indicador 8A-Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade

FONTES



Indicador 8B-Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural

FONTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ**

Indicador 8C-Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)



Indicador 8D-Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos



http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

Quanto ao Estado do Paraná, de acordo com relatório do quarto ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação a escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos é de 11,9 anos de estudos.

TABELA 1
ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição (2012-2021) em anos de estudo
Sul	11,2	11,3	11,3	11,4	11,4	11,6	11,7	11,8	12	12	0,8
Paraná	11,2	11,3	11,4	11,4	11,4	11,5	11,6	11,8	12	11,9	0,7

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021)

No ano de 2021, em nenhuma UF, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente no campo era de 12 anos de estudo. O Estado do Paraná, atingiu 11,1 anos.

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(continua)

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição (2012-2021) em anos de estudo
Sul	10,0	10,1	10,2	10,5	10,6	10,7	10,8	11,1	11,3	11,3	1,3
Paraná	9,8	9,9	10,2	10,2	10,5	10,3	10,6	10,9	11,2	11,1	1,3

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

A redução das desigualdades educacionais entre os grupos de rendimento constitui uma preocupação expressa na Meta 8. Acerca disso, o objetivo é que, até 2024, a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos pertencente aos 25% mais pobres seja de, pelo menos, 12 anos de estudo. Como dito anteriormente, em função de alterações acarretadas pela pandemia, o Suplemento Anual de Educação não pôde ser disponibilizado, de modo que os dados mais atuais disponíveis são os de 2019. Naquele ano, os 25% mais pobres, na referida faixa etária, apresentavam escolaridade média de 10,2 anos de estudos.

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO 25% MAIS POBRE DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2016-2019

(continua)

Abrangência	2016	2017	2018	2019	Varição em anos de estudo (2016-2019)
Sul	9,7	9,9	10,1	10,2	0,5
Paraná	9,5	9,8	10,1	10,2	0,7

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE - Suplemento de Educação (2016-2019).

Quanto ao indicador 8D visa compreender a desigualdade entre os grupos entre a escolaridade de negros e não negros. Em 2021, o estado do Paraná apresentou (89%), um dos menores percentuais para o indicador.

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA E NÃO NEGRA COM IDADE DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2012-2021

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição em p.p. (2012-2021)
Sul	86,2%	87,3%	87,0%	88,1%	89,1%	88,6%	88,8%	89,2%	88,1%	88,6%	3,4
Paraná	86,7%	88,0%	87,3%	88,6%	89,4%	90,4%	88,7%	90,1%	88,7%	89,0%	2,3
Santa Catarina	82,8%	86,4%	85,1%	87,6%	87,7%	87,9%	89,8%	86,9%	89,7%	90,9%	8,1
Rio Grande do Sul	86,3%	85,2%	86,0%	86,5%	89,0%	86,3%	87,7%	88,6%	88,3%	89,3%	3,0

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
1-Implementar ações públicas de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização de educação básica.**	Em desenvolvimento	Sim	Os alunos progridem da EJA Fase 1, ofertada pelo município para a Fase 2, ofertada pelo Estado. O município apoia e ajuda na articulação, incentivando os nossos alunos a darem continuidade na escolarização da educação básica, porém não há

			como mensurar previsões orçamentárias para essa estratégia, pois o município não oferta a Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase II. Informamos que o cumprimento desse objetivo/meta depende das políticas educacionais da União e Estado.
5- Estabelecer por meio de parcerias entre os entes federados a utilização de espaços adequados existentes na comunidade, para a Educação de Jovens e Adultos.			Atualmente o município não atende alunos da Ação Pedagógica Descentralizada – APED, pois os alunos de EJA - Fase 1 são atendidos em unidades escolares com espaços adequados e professores de apoio. A parceria entre os entes federados sempre aconteceu, porém a rede estadual não utiliza mais os espaços das unidades escolares municipais para atender alunos da fase 2, que é ofertada pela rede estadual, pois utilizam unidades estaduais, também adequadas.
10- Apoiar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando formação específica dos professores (as) e implementação de diretrizes em regime de colaboração			O cumprimento desse objetivo/meta depende das políticas educacionais da União e Estado.

Como observado na tabela anterior foram suprimidos, na CONAE - Conferência Nacional de Educação de 2021, os objetivos “Estabelecer por meio de parcerias entre os entes federados a utilização de espaços adequados existentes na comunidade, para a Educação

de Jovens e Adultos” e “Apoiar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando formação específica dos professores (as) e implementação de diretrizes em regime de colaboração”. A supressão desses objetivos está justificado nos comentários conforme tabela 1.

Meta	Texto da meta
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 9A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
Conceitos e definições	Taxa de alfabetização de 100% da população de 15 (quinze) anos ou mais de idade, até 2024, de modo a erradicar o analfabetismo absoluto. Considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever.
Fórmula de cálculo	$\left(\frac{\text{População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever}}{\text{Total da população com 15 anos ou mais de idade}} \right) \times 100$
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe se a pessoa sabe ler ou escrever. Informação disponível somente para

	anos censitários.
Indicador 9B	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.
Conceitos e definições	Analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade. Considera-se analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de cinco anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever.
Fórmula de cálculo	$(\text{População de 15 anos ou mais de idade que não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental ou não sabe ler/escrever} / \text{Total da população com 15 anos ou mais de idade}) \times 100$
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe a escolaridade dos indivíduos, uma vez que "analfabetismo funcional" foi conceituado no PNE em Movimento como baixa escolaridade. Informação disponível somente para anos censitários.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES, não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos de todas as pessoas, por isso não é possível observar o comportamento dos indicadores, uma vez que "analfabetismo funcional" foi conceituado no PNE em Movimento como baixa escolaridade. Informação disponível somente para anos censitários.

O último dado oficial que consta no site http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php é referente ao ano de 2018, 2º ciclo.

Indicador 9A-Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

FONTE:



Indicador 9B-Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade

FONTE:



http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
Garantir políticas públicas que visem erradicar o analfabetismo, por meio da oferta gratuita de educação de jovens e adultos para todos os cidadãos que não tiveram acesso à educação na idade própria ou que não concluíram o Ensino Fundamental (séries iniciais).*/**	Em desenvolvimento	Sim	O município oferta educação de jovens e adultos Fase 1. A Fase 2 é ofertada pela rede estadual.
Realizar chamadas públicas semestralmente para a educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.*/**	Em desenvolvimento	Sim	É realizada regularmente chamadas públicas, promovendo a busca ativa de alunos e divulgação da modalidade através dos meios de comunicação. Referente às chamadas públicas, em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil, informamos que o cumprimento desse objetivo/meta depende das políticas educacionais da União e Estado.
Garantir que sejam implantadas APED's somente em locais que tenham a estrutura física e pedagógica adequadas para atendimento da Educação de Jovens e Adultos em regiões caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade.			O município atende os alunos da Educação de Jovens e Adultos - fase 1, em unidades educacionais com estruturas adequadas e professores de apoio para os alunos com necessidades especiais. Atualmente não temos demanda para implantação de APED's no município.

Garantir recursos públicos para aquisição de material didático-pedagógico, adequado aos educandos da Educação de Jovens e Adultos. */**	Em desenvolvimento	Sim	O desenvolvimento do currículo, metodologias de ensino e os materiais didáticos são elaborados em conformidade para alunos dessa modalidade e de forma contextualizada.
Garantir verbas públicas para a elaboração dos materiais específicos, de acordo com a realidade e nível de aprendizagem de cada etapa de ensino na Educação de Jovens e Adultos, produzidos pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação de professores e coordenadores municipais.	Em desenvolvimento	Sim	Elaboração de bloco de atividades específicas para EJA
Executar ações de atendimento à estudante de Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde. */**	Em desenvolvimento	Sim	Os alunos da Educação de Jovens e Adultos são atendidos no transporte público coletivo, há também ônibus adaptado para os estudantes com necessidades físicas especiais. Há nutricionista que realiza visitas e ministra palestra para os alunos da EJA sobre alimentação saudável. Ressaltamos que o Município organiza as rotas de transporte escolar de acordo com o que está regulamentado pela Resolução N.º 777/2013 – GS/SEED, garantindo o transporte escolar a todos que lhe é de direito. A estratégia 21 prevê a garantia de um cardápio elaborado por nutricionista, respeitando as

			<p>restrições alimentares e condições de saúde dos educandos da EJA. De acordo com a resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento psicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a práticas alimentares saudáveis dos alunos por meio de ações de educação alimentar e nutricional e ainda por meio de oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Salientamos também que a nutricionista ministra palestra para os alunos da EJA sobre informações a respeito de alimentação saudável.</p> <p>Exames de acuidade visual e doação de óculos em parceria com o Rotary.</p>
Estabelecer parcerias com órgãos competentes para garantir atendimento e acompanhamento psicossocial para alunos da Educação de Jovens e Adultos com transtornos e problemas psiquiátricos, psicológicos, neurológicos e outros.	Não iniciada	Não	
Apoiar a realização da avaliação e divulgação dos resultados dos programas de Educação de Jovens e Adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do Plano Municipal, Estadual e Nacional de Educação. */**	Não iniciada	Não	
Apoiar projetos de pesquisa e estudo na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento	Em desenvolvimento	Sim	Os alunos da EJA - Fase 1, participam de projeto de pesquisa da UNESP sobre o uso de tecnologia

de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos das escolas públicas do município.*/**			na educação.
Garantir nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, o acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.	Em desenvolvimento	Parcialmente	Os estudantes da modalidade Educação Jovens e Adultos - EJA tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade, portanto o município vem se empenhando para promover ao estudante de EJA acesso a tecnologia como ferramenta de aprendizagem, bem como atividades culturais e esportivas apropriadas para esse público.
Garantir aos educandos de Educação de Jovens e Adultos, aulas de informática com acesso à internet, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem e efetivar a inclusão social e digital.*/**	Em desenvolvimento	Parcialmente	Os alunos de EJA do município estão fazendo uso da plataforma Creator4all, onde realizam atividades pedagógicas.
Garantir o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem com acompanhamento pedagógico orientado pela Secretaria Municipal de Educação e SEED-PR conforme sua área de atuação com recursos humanos, financeiros e pedagógicos específicos, visando à superação das limitações dos educandos	Em desenvolvimento	Parcialmente	Os alunos com dificuldade de aprendizagem recebem atendimento diferenciado e específico para a dificuldade apresentada durante o mesmo período que frequentam a escola pelos professores de turma e de professores de apoio, que participam de formações com profissionais especializados e também são orientados pelas equipes de

da EJA.*/**			<p>coordenações da SME.</p> <p>O município contratou uma psicóloga para a realização de avaliação psicológica para inserção de alunos diagnosticados com deficiência nas Salas de Recursos Multifuncionais.</p> <p>Quanto aos atendimentos com profissionais especializados nas diversas áreas citadas, vem sendo realizados conforme as disponibilidades das Secretarias de Saúde e Assistência Social.</p>
Garantir escolas com estrutura adequada para a EJA, segundo LDB 9394/96 em seu artigo 70, inciso II.*/**	Concluída	Sim	As escolas apresentam estrutura adequada para a EJA, apresentando acessibilidade
Garantir formação continuada para professores da EJA dentro das suas especificidades.	Em desenvolvimento	Sim	Durante o ano os professores de EJA participam de formações continuadas dentro das suas especialidades, ou seja, professores de apoio/sala de recurso participam de assessoramentos com a equipe técnica da SME e também de formações com profissionais da área. Os professores da turma participam de formações com profissionais renomados de língua portuguesa e matemática e também recebem assessoramento da equipe técnica da SME.
Mobilizar e conscientizar por meio da mídia local (TV, rádio, jornal) a importância da EJA.	Em desenvolvimento	Parcialmente	Regularmente é feita uma divulgação na mídia local sobre o funcionamento da modalidade EJA (local e horário de funcionamento) e divulgação dos trabalhos realizados com os alunos de EJA, com o objetivo de fomentar as matrículas de alunos dessa modalidade, bem como conscientizar

			a importância da EJA. Pensamos em intensificar mais essa mobilização e conscientização.
Garantir um cardápio elaborado por nutricionista, respeitando as restrições alimentares e condições de saúde dos educandos da EJA.	Concluído	Sim	O cardápio oferecido na merenda escolar das unidades educacionais que oferecem essa modalidade de ensino é cuidadosamente elaborado por uma nutricionista da rede municipal de ensino.

Como observado na tabela anterior foi suprimido, na CONAE - Conferência Nacional de Educação de 2021, o objetivo “ Garantir que sejam implantadas APED´s somente em locais que tenham a estrutura física e pedagógica adequadas para atendimento da Educação de Jovens e Adultos em regiões caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade”. A supressão desse objetivo está descrito conforme tabela 2.

O município é responsável pela EJA - Fase I e tem se empenhado em mobilizar a comunidade para erradicar o analfabetismo. Em relação aos objetivos estabelecidos para essa meta, a maioria está em constante desenvolvimento. Quanto aos que ainda não foram iniciados, o município buscará parcerias com órgãos competentes para garantir atendimento e acompanhamento psicossocial para alunos da Educação de Jovens e Adultos com transtornos e problemas psiquiátricos, psicológicos, neurológicos e outros e também apoiará a realização da avaliação e divulgação dos resultados dos programas de Educação de Jovens e Adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do Plano Municipal, Estadual e Nacional de Educação.

De acordo com o Censo IBGE 2010, o município apresentou taxa de analfabetismo com mais de 15 anos de 6,23% da população. Segundo dados apresentados no IPARDES, em 2021 a Educação de Jovens e Adultos - EJA teve 1.074 matrículas. Dessas matrículas, 45 foram de alunos da rede municipal de ensino, Fase 1. No município tivemos uma redução de matrículas considerável, em 2021, devido à pandemia.

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Matrículas na Educação Básica (alunos)	MEC/INEP	2021	23.414	61.123	2.371.191
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2021	1.910	5.690	197.664
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2021	2.786	7.307	276.973
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2021	12.987	33.917	1.348.296
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2021	3.859	9.457	378.660
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2021	1.743	2.516	103.807
Matrículas na Educação Especial - Classes Exclusivas (alunos)	MEC/INEP	2021	300	1.233	43.978
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (alunos)	MEC/INEP	2021	1.074	3.850	114.388
Matrículas na Educação Superior Presencial (alunos)	MEC/INEP	2021	4.798	4.911	311.247
Matrículas na Educação Superior a Distância (alunos)	MEC/INEP	2021	3.898	7.470	318.321
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais (%)	IBGE	2010	6,23	...	6,28

http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=353&btOk=ok

Meta	Texto da meta
10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 10A	Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.
Conceitos e definições	O indicador estabelece que, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) sejam ofertadas de forma integrada à educação profissional.

Fórmula de cálculo	(Matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio integrada à Educação Profissional / Total de matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio) x 100
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). * Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar matrículas da EJA desagregadas por modalidade, etapa e fase da educação básica por escola e município. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 10A	1,1%	1,4%	3,3%	3,5%	3,5%	4,6%	8,6%	*

De acordo com a fonte INEP - Censo Escolar da Educação 2021, não consta número de matrículas referente ao curso FIC integrado à modalidade EJA de níveis fundamental e médio. A partir de 2021 os arquivos de dados do censo escolar da educação básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar matrículas da EJA desagregadas por modalidade, etapa e fase da educação básica por escola e município. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.

A seguir, os objetivos a serem atingidos a nível municipal para essa meta, com seus respectivos comentários.

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta da Educação pública de Jovens e Adultos.	Não iniciada	Não	Ao monitorá-las verificou-se que não compete à administração da rede municipal de ensino oferta à educação profissional, porém constatou-se que as Secretarias Municipais apoiam e colaboram na execução dessas estratégias.
Apoiar a articulação das políticas de Educação de Jovens e Adultos com as de proteção contra o desemprego e geração de empregos, promovendo parcerias com outros segmentos públicos para o ingresso dos educandos desta modalidade de ensino, no mercado de trabalho.	Não iniciada	Não	Ao monitorá-las verificou-se que não compete à administração da rede municipal de ensino oferta educação profissional, porém constatou-se que as Secretarias Municipais apoiam e colaboram na execução dessas estratégias.

Meta	Texto da meta
11	<i>Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 11A	<i>Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.</i>
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	-
Unidade de medida	-

<p>Comentários sobre a meta</p>	<p>Para levantamento do Indicador 11A e 11B, que se refere ao número absoluto de matrículas em EPT de nível médio, utilizamos dados coletados junto às instituições através de pesquisa por e-mail/ contato telefônico/ visita em dezembro de 2022 e consideramos essas informações como dado extraoficial. Como dado oficial utilizamos as informações contidas no site do INEP (pesquisa realizada em 20/12/2022), através da planilha 1.30 - “Número de Matrículas da Educação Profissional Regular, por etapa de Ensino e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2021”, onde constam os números de matrículas em EPT de nível médio da rede pública (municipal, estadual e federal) e da rede privada. Ressaltamos que essa planilha apresenta apenas os números gerais e não por instituição. Também foram coletados, através da Planilha “Secretaria Municipal – Matrícula Inicial – Presencial – Ensino Regular, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos”, os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2021 – Educacenso, onde constam as matrículas de algumas instituições privadas que atendem a EPT de nível médio, sendo que, nas instituições não mencionadas na planilha foi registrado o texto NÃO INFORMADO. A última pesquisa foi realizada em 20/12/2022.</p>
---------------------------------	---

<p>Indicador 11B</p>	<p><i>Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública.</i></p>
<p>Conceitos e definições</p>	<p>-</p>
<p>Fórmula de cálculo</p>	<p>-</p>
<p>Unidade de medida</p>	<p>-</p>

<p>Comentários sobre a meta</p>	<p>Para levantamento do Indicador 11A e 11B, que se refere ao número absoluto de matrículas em EPT de nível médio, utilizamos dados coletados junto às instituições através de pesquisa por e-mail/ contato telefônico/ visita em dezembro de 2022 e consideramos essas informações como dado extraoficial. Como dado oficial utilizamos as informações contidas no site do INEP (pesquisa realizada em 20/12/2022), através da planilha 1.30 - “Número de Matrículas da Educação Profissional Regular, por etapa de Ensino e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2021”, onde constam os números de matrículas em EPT de nível médio da rede pública (municipal, estadual e federal) e da rede privada. Ressaltamos que essa planilha apresenta apenas os números gerais e não por instituição. Também foram coletados, através da Planilha “Secretaria Municipal – Matrícula Inicial – Presencial – Ensino Regular, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos”, os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2021 – Educacenso, onde constam as matrículas de algumas instituições privadas que atendem a EPT de nível médio. A última pesquisa foi realizada em 20/12/2022.</p>
---------------------------------	---

<p>Indicador 11C</p>	<p><i>Expansão acumulada da EPT de Nível Médio pública.</i></p>
<p>Conceitos e definições</p>	<p>-</p>
<p>Fórmula de cálculo</p>	<p>-</p>
<p>Unidade de medida</p>	<p>-</p>
<p>Comentários sobre a meta</p>	<p>-</p>

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

Indicador 11A <i>Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.</i>	Meta executada no período (dato oficial)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
		1.094	1.105	1.672	1.976	1.270 <i>(número correspondente apenas às instituições públicas)</i>	2.291	2.206	1.743
	Meta executada no período (dato extraoficial)	5.998	6.777	5.909	2.337	2.267	1.703	1.119	3.442

Indicador 11B <i>Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública</i>	Meta executada no período (dato oficial)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
		814	625	1.090	1.215	1.270	1.553	1.598	1.223
	Meta executada no período (dato extraoficial)	760	655	795	880	800	785	540	1.063

Indicador 11B <i>Participação do segmento público</i>	Seed/Ipardes	Expansão 2013-2014	Expansão 2013-2015	Expansão 2013-2016	Expansão 2013-2017	Expansão 2013-2018	Expansão 2013-2019	Expansão 2013-2020	Expansão 2013-2021
		180,0%	198,4%	38,2%	52,3%	50,9%	43,6%	52,7%	

<i>na expansão da EPT de Nível Médio</i>									*
<p>Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Condicionante do indicador 11B: sua fórmula só é aplicável quando, no período analisado, houver expansão (positiva de matrículas). * PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM MAIS VERIFICAR MATRICULAS EPT DESAGREGADAS POR MODALIDADE E SELECIONAR AS INDICADAS PELA NOTA TÉCNICA DOS INDICADORES INEP. DESSA FORMA, PARA OS MUNICÍPIOS, A SÉRIE HISTÓRICA FICA INTERROMPIDA EM 2021 POR FALTA DE DADOS PUBLICADOS.</p>									

Indicador 11C <i>Expansão acumulada da EPT de Nível Médio pública</i>	Seed/Ipardes	Expansão 2013-2014	Expansão 2013-2015	Expansão 2013-2016	Expansão 2013-2017	Expansão 2013-2018	Expansão 2013-2019	Expansão 2013-2020	Expansão 2013-2021
		-9,0%	-20,6%	22,6%	36,2%	31,7%	28,8%	32,5%	*
<p>Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). * PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM MAIS VERIFICAR MATRICULAS EPT DESAGREGADAS POR MODALIDADE E SELECIONAR AS INDICADAS PELA NOTA TÉCNICA DOS INDICADORES INEP. DESSA FORMA, PARA OS MUNICÍPIOS, A SÉRIE HISTÓRICA FICA INTERROMPIDA EM 2021 POR FALTA DE DADOS PUBLICADOS.</p>									

2. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Durante o monitoramento do referido período, foi realizado contato telefônico, envio de e-mail e visita às Instituições que ofertam Educação Profissional Técnica – EPT de nível médio para levantamento da quantidade de matrículas efetuadas no ano de 2021, essas informações foram consideradas como **dado extraoficial**. Além dessas ações, também foi coletado junto ao site do INEP a planilha (1.30 - *Número de Matrículas da Educação Profissional Regular, por etapa de Ensino e*

Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2021) com a quantidade de matrículas registradas no Censo Escolar e essa informação foi considerada como **dado oficial** no monitoramento do PME, porém, vale ressaltar, que diferentes de anos anteriores, nessa planilha referente a 2021 constam somente os números gerais de matrículas da rede pública e da rede privada, não apresentando dados por instituição e a planilha “Secretaria Municipal – Matrícula Inicial – Presencial – Ensino Regular, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos”, os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2021 – Educacenso, onde constam as matrículas de algumas ***instituições privadas*** que atendem a EPT de nível médio. A última pesquisa foi realizada em 20/12/2022.

De acordo com os dados obtidos através do Censo Escolar, considerado dado oficial, tanto no Indicador 11A quanto no indicador 11B, constata-se que no ano de 2021 houve redução no número de matrículas efetivadas na Educação Profissional Técnica – EPT de nível médio comparada aos números de matrículas de 2020.

Segundo os números fornecidos pelas próprias instituições, através de e-mail/contato telefônico/visita, considerado dado extraoficial, é possível perceber que tanto no indicador 11A quanto no indicador 11B, no ano de 2021 houve aumento no número de matrículas efetivadas na EPT de nível médio comparado ao ano de 2020.

Meta	Texto da meta
12	<i>Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 12A	Taxa bruta de matrícula na Educação Superior
Conceitos e definições	Total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (independentemente da idade) em relação ao total da população em idade considerada adequada para cursar esse nível de ensino.
Fórmula de cálculo	$(\text{Total da população que frequenta cursos de graduação} / \text{Total da população de 18 a 24 anos}) \times 100$
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	<p>O indicador 12A no que se refere a Taxa Bruta de Matrícula alcançou em 2021 37,4%, muito distante dos 50% que tem como meta em 2024.</p> <p>Mesmo com a perda de 1,3% em relação a 2020, podemos considerar que estávamos em plena pandemia e por isso devemos entender como normal, pois esse índice estava em crescimento contínuo a cada ano.</p> <p>No Estado do Paraná o indicador alcançou 46,9%, como no resultado do Brasil, houve uma queda de 0,9%, mas o Estado está próximo de alcançar a meta do PNE.</p>

Indicador 12B	Taxa líquida de escolarização na educação superior.
Conceitos e definições	É o acesso ao sistema educacional por uma população considerada na idade de referência para cursar um determinado nível de ensino.
Fórmula de cálculo	$(\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação} / \text{Total da população de 18 a 24 anos}) \times 100$
Unidade de medida	% de pessoas

Comentários sobre a meta	<p>O indicador 12B que trata da Taxa Líquida de escolarização na educação superior, alcançou em 2021 25,5%, distante da meta de 33,3% para 2024. Podemos considerar a queda do índice à pandemia da covid-19.</p> <p>No Estado do Paraná o indicador alcançou 30,6%, ao contrário do resultado Brasil, o Estado conseguiu mesmo na pandemia avançar no índice em relação a 2020.</p>
--------------------------	--

Indicador 12C	Participação do segmento público na expansão de matrículas na graduação.
Conceitos e definições	É o quanto as Instituições de Ensino Superior públicas contribuíram, em termos percentuais, para a expansão total das matrículas de graduação.
Fórmula de cálculo	$(\text{Variação das matrículas em cursos de graduação de IES públicas no período} / \text{Variação total das matrículas em cursos de graduação no período}) \times 100$
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	O indicador 12C que trata da participação do segmento público na expansão das matrículas na graduação. Observamos que a cada ano essa porcentagem está diminuindo e cada vez mais distante da meta do PNE que é de 40%. Essa tendência pode ser explicada pela expansão na modalidade EaD no segmento privado. Outro fator importante é a estagnação nas matrículas nas Instituições de Educação Superior estaduais.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 12A (BR)	31,8%	33,5%	34,6%	33,6%	36,3%	36,2%	38,7%	37,4%
Indicador 12A (PR)	34,7%	38,2%	34,4%	38,6%	40,3%	40,4%	47,8%	46,9%

Indicador 12B (BR)	21,2%	21,9%	23,1%	22,4%	24,3%	24,7%	26,6%	25,5%
Indicador 12B (PR)	22%	22,3%	22,2%	24,7%	26,1%	25,7%	29,9%	30,6%
Indicador 12C (BR)	-	-	-	-	24,5%	24,2%	22,5%	-
Indicador 12C (PR)	-	-	-	-	-	26,2%	24,8%	-

legenda: BR - Brasil e PR - Paraná

Fonte: Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012 - 2021)

Meta	Texto da meta
13	<i>Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 13A	Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior.
Conceitos e definições	Saber o percentual de docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior.
Fórmula de cálculo	(Docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior/Total de docentes na Educação Superior) x 100
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	O indicador 13A, tem como objetivo ampliar para 75% o percentual de docentes com mestrado e doutorado em exercício na educação superior brasileira. Esse índice foi atingido em 2015 e continuou a crescer nos anos posteriores, chegando a 84,2% em 2021.

Indicador 13B	Percentual de docentes com doutorado na Educação Superior.
Conceitos e definições	Saber o percentual de docentes com doutorado na Educação Superior.
Fórmula de cálculo	(Docentes com doutorado na Educação Superior/Total de docentes na Educação Superior) x 100
Unidade de medida	% de pessoas
Comentários sobre a meta	O indicador 13B, tem como objetivo ampliar para 35% o percentual de docentes com doutorado em exercício na educação superior brasileira. Esse índice foi atingido em 2014 e continuou a crescer nos anos posteriores, chegando a 50,4% em 2021.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 13A (BR)	73,52%	75,6%	77,6%	79,7%	81,5%	82,6%	83,8%	84,2%
Indicador 13A (PR)	75%	77,1%	79,3%	80,9%	83,4%	84,4%	85,6%	86%
Indicador 13A (UM)	52,2%	52%	51,7%	57,1%	60,7%	64,1%	77,3%	74,9%
Indicador 13B (BR)	35,6%	37,7%	39,9%	42,2%	44,2%	46,1%	48,9%	50,4%
Indicador 13B (PR)	33,9%	36,1%	39%	41,3%	44,2%	46,2%	51,1%	52,6%
Indicador 13B (UM)	28,2%	36,3%	28,2%	35%	37,8%	37,3%	40,8%	41%

FONTE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Meta	Texto da meta
14	<i>Elevar gradualmente o número de matrículas nas pós graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60000 (sessenta mil) mestres e 25000 (vinte e cinco mil) doutores.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 14A	Número de títulos de mestrado concedidos por ano.
Conceitos e definições	Saber a quantidade de títulos de mestrado concedidos por ano.
Fórmula de cálculo	Títulos de mestrado concedidos por ano no país.
Unidade de medida	Número de títulos de mestrado concedido por ano.
Comentários sobre a meta	O número de títulos de mestrado concedidos apresentou decréscimo, passando de 68.877 em 2019 para 60.039 em 2020. O valor observado no último ano, ainda que supere a meta de 60.000 títulos anuais estabelecida pelo PNE, encontra-se em um patamar abaixo da trajetória de crescimento que se verificava até então. Foi a primeira vez neste ciclo do PNE que o indicador apresentou diminuição em relação ao ano anterior. Devemos considerar que esses dados de 2020 são reflexo da pandemia do covid-19 nos programas de pós-graduação no Brasil, que fechou instituições de ensino e interrompeu as atividades acadêmicas.

Indicador 14B	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.
Conceitos e definições	Saber a quantidade de títulos de doutorado concedidos por ano.
Fórmula de cálculo	Títulos de doutorado concedidos por ano no país.
Unidade de medida	Número de títulos de doutorado concedido por ano.
Comentários sobre a meta	O número de títulos de doutorado concedidos apresentou

	<p>decrécimo, passando de 24290 em 2019 para 20075 em 2020. O valor observado no último ano, mostra que a tendência de alcançar a meta de 25.000 títulos concedidos no ano, não aconteceu. Foi a primeira vez neste ciclo do PNE que o indicador apresentou diminuição em relação ao ano anterior. Devemos considerar que esses dados de 2020 são reflexo da pandemia do covid-19 nos programas de pós-graduação no Brasil, que fechou instituições de ensino e interrompeu as atividades acadêmicas.</p>
--	---

		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indicador (BR)	1	51527	54924	59614	61147	64432	68877	60039
Indicador (PR)	1	3626	3960	4544	4707	5095	5349	5068
Indicador (BR)	2	17048	18625	20603	21591	22901	24290	20075

Indicador (PR)	2	979	1013	1252	1283	1412	1516	1491
-----------------------	----------	------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas - GeoCapes

Meta	Texto da meta
15	Garantir, regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 15A	Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Conceitos e definições	Percentual de professores da educação infantil com formação superior à área de conhecimento que lecionam.

Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam/Quantidade total de docências da educação infantil) x 100
Unidade de medida	72,42%
Comentários sobre a meta	O percentual de professores na educação infantil cuja formação superior está adequada a área de conhecimento que lecionam oscila devido à admissão de professores por meio de concurso visto que, a exigência mínima para ingresso na rede municipal é o magistério (nível médio).
Indicador 15B	Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Conceitos e definições	Percentual de professores dos anos iniciais do ensino fundamental com formação superior à área de conhecimento que lecionam.
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam/Quantidade total de docências dos anos iniciais do ensino fundamental) x 100

Unidade de medida	72,40%
Comentários sobre a meta	O percentual de professores dos anos iniciais do ensino fundamental com formação superior à área de conhecimento que lecionam oscila devido à admissão de professores por meio de concurso visto que, a exigência mínima para ingresso na rede municipal é o magistério (nível médio).

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 15A	-	99%*	97,3%*	97,1%*	93,38%	93,38%	93,38%	72,42%
Indicador 15B	-	99%*	97,3%*	97,1%*	98,32%	98,32%	98,77%	72,40%

* Percentual de docências que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica – educação infantil e ensino fundamental anos iniciais.

Fonte: Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, tabela 3 e 4.

Tabela 1: Percentual de professores da educação infantil com formação superior à área de conhecimento que lecionam.

Dados / Indicadores: Indicador 15A								
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador	46,6%	47,7%	53,8%	54,1%	55,9%	58,6%	57,9%	60%

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica

Fonte: Caderno de subsídios Seed/Ipardes para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Paraná - Junho/2022. Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios - Ncpm/Deduc/Seed/Umuarama-Pr.

Tabela 2: Percentual de professores dos anos iniciais do ensino fundamental com formação superior à área de conhecimento que lecionam.

Dados / Indicadores: Indicador 15B								
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador	63,0%	67,6%	67,5%	69,4%	68,9%	71,2%	71,4%	70%
Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica								

Fonte: Caderno de subsídios Seed/Ipardes para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Paraná - Junho/2022. Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios - Ncpm/Deduc/Seed/Umuarama-Pr.

Comentário: Os dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Censo Escolar da Educação Básica contém inconsistências quanto à área de conhecimento em que os professores lecionam na educação básica:

- I) Na educação infantil é informada a graduação dos professores eles são vinculados por turma;
- II) No Ensino Fundamental - anos iniciais é informada a graduação dos professores e eles são vinculados por disciplina.

Neste contexto, não fica claro se os professores possuem licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Com relação à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram consideradas como adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em Pedagogia para o cálculo dos Indicadores 15A e 15B.

Tabela 3 - Formação dos professores da Educação Infantil (40 horas semanais) da Rede de Ensino Pública Municipal, 2021.

Cargo	Formação					Total Geral
	MG	LIC	ESP	MES	DOU	
Professor	75	02	130	0	0	207

* Fonte: Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama. 2021.

Siglas: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado; DOU – Doutorado.

Tabela 4 - Formação dos docentes da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (20 horas semanais) da Rede de Ensino Pública Municipal, 2021.

Cargo	Formação					Total Geral
	MG	LIC	ESP	MES	DOU	
Professor	189	43	506	09	03	750

* Fonte: Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama. 2021

Siglas: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado; DOU - Doutorado.

Comentários sobre a meta

A meta 15 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem garantir, em regime de colaboração, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incisos I, II e III, define:

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Considerando o que define a LDB no artigo acima, o município de Umuarama com a Lei Complementar nº 473 de: 13 de maio de 2020 que alterou a Lei Complementar Municipal nº 346, de 15 de março de 2013, por meio de avanço salarial incentiva todos os profissionais da educação básica a possuírem formação específica em nível superior.

O setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama disponibilizou para sistematização dos dados o número de professores da Rede de Ensino Pública Municipal para o relatório de monitoramento de 2021, conforme tabelas 3 e 4.

O indicador 15 A desta meta corresponde a: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam e o 15 B a: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Fórmula de cálculo para docentes da Educação Infantil:

$$\frac{\text{(Quantidade de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam/Quantidade total de docências da educação infantil)} \times 100}{(197/272) \times 100 = 72,42\%}$$

Obs.: Foram considerados professores de 40h e 20h que atuam na educação infantil

Fórmula de cálculo para docentes do Ensino Fundamental anos iniciais:

$$\frac{\text{(Quantidade de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam/Quantidade total de docências dos anos iniciais do ensino fundamental)} \times 100}{496/685 \times 100 = 72,40\%}$$

Obs.: Foram considerados professores de 20h menos os que atuam na educação infantil.

Em 2021, de acordo com os cálculos apresentados referente ao indicador 15 A e 15 B, respectivamente, podemos observar que 72,42% dos professores de Educação Infantil (0 a 5 anos) e 72,40% dos professores do Ensino Fundamental anos iniciais da Rede de Ensino Pública Municipal, possuem formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam.

A meta 15 meta, desde o início do monitoramento e avaliação do PME é parcialmente atingida, visto que, tem natureza relativa, pois a exigência mínima para ingresso na rede municipal é o magistério (nível médio).

Em relação ao indicador 15 C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam e 15 D: Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam foram inseridos na avaliação não foram monitoradas pelo município, no entanto são monitorados no Plano Estadual de Educação - PEE.

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
Fomentar a consolidação da política nacional de formação inicial de professores e professoras da educação básica por meio da articulação com as Instituições de Formação Docente de nível médio e superior, visando o trabalho sistemático entre formação acadêmica e as demandas da educação básica.	Em desenvolvimento	Parcialmente	O município, através da Secretaria Municipal de Educação estabelece parceria com a Universidade particular (Universidade Paranaense – UNIPAR, na modalidade presencial e à distância). O profissional da educação que optar pela Universidade particular – UNIPAR, em qualquer área da educação, o município custeia 25% do valor da mensalidade por meio de cadastramento.

Meta	Texto da meta
16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 16A	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.
Conceitos e definições	Proporção de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.
Fórmula de cálculo	Professores com pós-graduação/Total de professores) x100
Unidade de medida	67,71%
Comentários sobre a meta	O percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu oscila devido à admissão de professores por meio de concurso visto que a exigência mínima para ingresso na rede municipal é o magistério (nível médio).
Indicador 16B	Percentual de professores que realizaram cursos de formação

	continuada.
Conceitos e definições	Proporção de professores da educação básica anos iniciais da rede municipal que realizaram cursos de formação continuada.
Fórmula de cálculo	$(\text{Professores com formação continuada} / \text{Total de professores}) \times 100$
Unidade de medida	71,47%
Comentários sobre a meta	O percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada oscila devido à admissão de professores por meio de concurso visto que, as contratações ocorreram em diferentes períodos.

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 16A	-	89,18%*	83,62%*	85,3%*	91,67%*	91,67%*	88,10%	67,71%
Indicador 16B	-	82,86%*	73,2%*	76,37%*	79,39%*	82,67%*	90,93%	71,47%

*Fonte 16A: Setor de Recursos Humanos - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais, tabelas 3 e 4.

*Fonte 16B: Livro de registro de certificados nº004 e nº005 da Secretaria Municipal de Educação – SME, média de professores(as) que realizaram a formação continuada na Semana Pedagógica em 2021.

Comentários sobre a meta

A primeira parte da meta 16 do PNE estabelece que até o último ano de vigência, 50% (cinquenta por cento), dos professores da educação básica estejam formados em nível de pós-graduação. Desde o início do monitoramento e avaliação do PME a meta é atingida.

Segue o cálculo de percentual de professores com pós-graduação de acordo com o indicador 16 A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu e tabela 1 do quadro de professores da rede municipal de ensino em anexo.

Fórmula de cálculo para docentes com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu:

$$(\text{Professores com pós-graduação} / \text{Total de professores}) \times 100$$

$$648/957 \times 100 = 67,71\%$$

Em relação ao indicador 16 B: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada em 2021 segue o cálculo no quadro abaixo:

Fórmula de cálculo de professores da educação básica anos iniciais da rede municipal que realizaram cursos de formação continuada:

$$(\text{Professores com formação continuada} / \text{Total de professores}) \times 100$$

$$684/957 \times 100 = 71,47\%$$

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
Fomentar, nas Instituições de Educação Superior, a ampliação da oferta de cursos regulares de especialização, mestrado e doutorado, voltados para o aperfeiçoamento profissional dos	Em desenvolvimento	parcialmente	A Secretaria Municipal de Educação divulga aos professores das unidades educacionais da rede municipal sempre que há oferta de curso

profissionais da educação.			<p>desta natureza.</p> <p>A Lei Complementar nº 473 de: 13 de maio de 2020 que alterou a Lei Complementar Municipal nº 346, de 15 de março de 2013, prevê no Art. 80. O profissional do magistério estável, que pretender participar de cursos de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado na área de educação, poderá licenciar-se pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contínuos ou não, afastando-se do cargo efetivo com a respectiva remuneração, computando o tempo de afastamento para todos os fins de direito.</p>
Fomentar a ampliação da oferta de cursos em nível stricto sensu para professores da educação básica através de convênios com Universidades.	Em desenvolvimento	parcialmente	A Secretaria Municipal de Educação divulga aos professores das unidades educacionais da rede municipal sempre que há oferta de curso desta natureza.
Ofertar formação continuada para os Gestores das Unidades Educacionais nas áreas de administração escolar,	concluída	Sim	Curso: “Gestão Eficaz - Formação gestora para equipe de alta produtividade”, formadora Angélica Domingues: 6 h

<p>multimeios, manutenção da infraestrutura e outras em atendimento às demandas.</p>			<p>(ferramenta zoom).</p> <p>Curso on-line: Escola Nacional de Administração Pública – Enap: 72h (escolavirtual.gov.br)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão de Recursos Escolares: 12 h - Gestão de Bens e Serviços 12 h - Gestão Pedagógica para Gestores da Alfabetização: 12 h - Gestão da Informação: 12 h - Gestão de Pessoas para Gestores da Alfabetização: 12 h - Gestão Organizacional: 12 h
<p>Assegurar a todos os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, formação continuada nas áreas específicas de atuação e nas diversas áreas do conhecimento, em parceria com a Secretaria de Saúde, Assistência Social, Esporte e Lazer, Meio Ambiente e Fundação Cultural.</p>	<p>concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Curso: Estudo e planejamento fevereiro/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Palestra 1: “Protocolo sanitário volta às aulas”, farmacêutica Camila Anuto.</p> <p>Palestra 2: “Acolhimento, saúde mental e empatia: um olhar humanizado sobre a educação” Psicóloga Priscila Gimenez.</p> <p>Palestra 3: “O trabalho do professor para o ano letivo 2021: desafios e perspectivas”, professora Dr^a Alessandra</p>

			<p>Wihby Fernandes.</p> <p>Palestra 4: “Um diálogo entre as tecnologias e processos educacionais: avanços e desafios para 2021”, prof^o Me.Flávio Rodrigues e Prof^o Me. Augusto Moretti.</p> <p>Curso: Estudo e planejamento março/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Palestra 1: “Justiça restaurativa – conhecendo uma experiência, psicóloga Karina Soares e prof^a Claudete Albuquerque.”</p> <p>Palestra 2: “Lançamento da formação assíncrona sobre os recursos do Google For Education”, prof^o Me.Flávio Rodrigues e Prof^o Me. Augusto Moretti.</p> <p>Curso: Estudo e planejamento junho/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Palestra 1: “O brincar em tempos de ensino remoto: possibilidades e experiências”, prof^a Me.</p>
--	--	--	--

			<p>Lucyelena Piccelli e Me. Analides Caruso.</p> <p>Palestra 2: “Jambord: uma ferramenta do google meet para nossas aulas”, profº Me.Flávio Rodrigues e Profº Me. Augusto Moretti.</p> <p>Curso: Estudo e planejamento julho/2021 (lives plataforma youtube)</p> <p>Palestra 1: “A beleza de ensinar e aprender sendo ativo na atividade de ensino”, profº Drº Fernando Mendonça.</p> <p>Palestra 2: “Linguagem oral – interlocução efetiva e afetiva”, profª Ângela Russi.</p> <p>Palestra 3: “As possibilidades do Ensino Híbrido”, profº Me. Marcos Meier (Sesc em rede)</p> <p>Curso: Alfabetização e letramento para professores do 1º ano (ferramenta google meet) – 20h, profº Drº Renilson Menegassi.</p> <p>Curso: Língua Portuguesa e</p>
--	--	--	--

			<p>Textualização para professores do 5º ano (ferramenta google meet) – 24h, profº Drº Renilson Menegassi.</p> <p>Curso: “Produção de Sequência de atividades de Matemática” para professores do 3º ano (ferramenta google meet) 8h, Prof. Dr. André Luis Trevisan</p> <p>Curso: “Produção de Sequência de atividades de Matemática” para professores do 5º ano (ferramenta google meet) 8h, Prof. Dr. André Luis Trevisan</p>
Assegurar mecanismos para promover a participação dos profissionais da educação em simpósios, seminários, conferências, ciclos de estudos, encontros temáticos, congressos e oficinas ofertados em território nacional.	concluída	sim	<p>Conferência Intermunicipal da CONAE (on-line). Tema “INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira”, palestra Prof.^a Dr.^a Maria Luisa Furlan Costa - UEM.</p>
Garantir programas de formação continuada e aperfeiçoamento, oferecidos para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, conhecimentos sobre: a) Educação das pessoas com deficiência, na perspectiva da	Em desenvolvimento	parcialmente	<p>a) Curso: “A educação especial sob a perspectiva da teoria histórico-cultural” (ferramenta google meet)</p> <p>Estudo 1: “Criança não é manga e não amadurece:</p>

<p>integração social;</p> <p>b) Temas específicos sobre orientação sexual, uso de drogas, prostituição infantil, gravidez na adolescência e violência;</p> <p>c) Combate ao racismo, às discriminações, bem como ao reconhecimento, à valorização e ao respeito das histórias e culturas afro-brasileira, indígena e africana.</p>			<p>conceito de maturação na teoria histórico-cultural”, Asbahar e Nascimento. Revista de psicologia: Ciência e profissão, 2013.</p> <p>Estudo 2: “Como as crianças se desenvolvem?” , Psicologia: EduFatecie, 2021.</p> <p>Estudo 3: “O desenvolvimento das funções psicológicas superiores e o processo educativo: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural”, Maganotti e Facci, 2008.</p> <p>Palestra: Medicalização da educação, psicóloga Camila Serrati.</p> <p>b) Live pela plataforma Youtube</p> <p>Palestra 1: “Breve histórico da Educação Sexual”, psicóloga Gésica Piraccini</p> <p>Palestra 2: “Refletir significativamente sobre as manifestações sexuais na</p>
--	--	--	--

			<p>infância em contexto escolar pós-pandemia, psicóloga Elaine Florian.</p> <p>Palestra 3: “Apresentação do Fluxograma construído em parceria com a rede municipal de ensino”, prof^a Sara Húngaro Lazaretti.</p>
<p>Promover grupos de estudos, organizados e sistematizados, a partir das necessidades apontadas pelos profissionais.</p>	<p>concluída</p>	<p>sim</p>	<p>Curso: Estudo e Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura do 10º capítulo “Uma lente restaurativa” do livro Trocando as lentes – um foco sobre o crime e a justiça, do autor Howard Zehr. - Leitura do artigo “A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança” de L. S. Vigotski. - Leitura do excerto do livro “Modelo de ação para prevenção da violência e práticas restaurativas no contexto escolar” autoria não governamental Terre dos homens. - Leitura e estudo de textos sobre

			<p>o cuidar e o educar, no desenvolvimento da educação infantil, à concepção de criança.</p> <p>Texto 1: Retratos do cotidiano: iluminando pontos cegos das práticas na educação infantil.</p> <p>Texto 2: Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural.</p> <p>Texto 3: A potencialidade da brincadeira na educação infantil: das coisas que aprendi com as crianças.</p> <p>Texto 4: Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas.</p> <p>Texto 5: Experiências sensoriais, expressivas, corporais e de movimento na educação infantil.</p> <p>Texto 6: Contribuições da teoria histórico-cultural para a educação da pequena infância.</p> <p>Texto 7: O desenvolvimento da linguagem oral da criança: contribuições da teoria histórico-cultural para a prática pedagógica na creche.</p>
--	--	--	--

			<p>Texto 8: As crianças são artistas natas? Reflexões sobre a atividade criadora e as artes visuais na educação básica.</p>
<p>Incentivar o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias para que os profissionais da educação possam implementar e planejar a execução de suas atividades profissionais.</p>	<p>concluída</p>	<p>sim</p>	<p>Palestra: “Um diálogo entre as tecnologias e processos educacionais: avanços e desafios para 2021”, prof^o Me. Flávio Rodrigues e Prof^o Me. Augusto Moretti.</p> <p>Cursos on-line ministrados pela Consultoria em Tecnologias e Educação - COTED</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização e Interação Pedagógica da Ferramentas Básicas do Googlo For Education WorkSpace – Parte I: 16h - Operacionalização e Interação Pedagógica da Ferramentas Básicas do Googlo For Education WorkSpace – Parte II: 20h - Operacionalização e Interação Pedagógica da Ferramentas Básicas do Googlo For

			<p>Education WorkSpace – Parte III: 20h</p> <p>Palestra (youtube): “Lançamento da formação assíncrona sobre os recursos do Google For Education”, prof^o Me. Flávio Rodrigues e Prof^o Me. Augusto Moretti.</p>
--	--	--	--

Meta	Texto da meta
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 17A	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
Conceitos e definições	Inviável para o município

Fórmula de cálculo	Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com nível superior completo / Rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados com o mesmo nível de escolaridade) x 100
Unidade de medida	-
Comentários sobre a meta	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostra, não identificando-se, portanto, fonte de dados publicados, desagregados e atualizados por município sobre rendimento médio de profissionais do magistério e demais profissionais assalariados; B) Tentou-se utilizar a RAIS como alternativa, no entanto todos os professores estaduais encontram-se registrados na capital do estado (Curitiba) e consta na base de dados 94 municípios sem registros para professores na rede municipal.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad-c/IBGE, em virtude da pandemia de covid-19, houve alterações na metodologia de coleta dos dados e uma redução considerável de sua amostra em 2020 e 2021. Essa redução afetou o cálculo dos indicadores de algumas unidades da Federação, especialmente naquelas em que a amostra ficou bastante reduzida.

Conforme o 4º ciclo de monitoramento do Plano Nacional de Educação – PME recomenda-se bastante cautela ao analisar os resultados observados para os últimos anos, pois a pandemia não apenas afetou os sistemas e a metodologia de coleta da Pnad-c/IBGE, como também pode ter impactado severamente no mercado de trabalho, especialmente no que tange às remunerações.

A avaliação da evolução do poder de compra efetivo dos profissionais do magistério ao longo do período considerado é fundamental, pois o indicador que monitora esta meta tem natureza relativa, sendo assim, a melhoria desse indicador pode ocorrer tanto em função de um aumento no rendimento dos profissionais do magistério ou em função de uma redução na remuneração dos demais profissionais.

Em relação à região Sul, o Paraná é o estado cuja remuneração média dos profissionais do magistério está mais próxima da remuneração média dos demais profissionais, tendo o Indicador 17A estimado em 92,7% para o exercício de 2021 (Tabela 6).

TABELA 1

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – BRASIL – 2012-2021

Descrição	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Profissionais do magistério	4.021,29	4.204,24	4.212,36	4.219,21	3.884,10	4.125,12	4.198,71	4.178,72	4.339,73	4.271,03
Demais profissionais	6.164,71	5.960,60	5.973,62	5.804,42	5.427,33	5.499,85	5.477,33	5.320,31	5.347,41	5.175,31
Indicador 17A	65,2%	70,5%	70,5%	72,7%	71,6%	75,0%	76,7%	78,5%	81,2%	82,5%

Fonte: Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE. p.363

TABELA 6

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO SUL – 2012-2021

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PR	Profissionais do magistério	4.302,70	4.591,22	4.661,09	4.359,80	3.988,05	4.837,92	4.646,44	4.843,16	4.832,00	4.498,97
	Demais profissionais	5.309,34	5.078,19	4.924,51	5.152,03	4.765,03	4.781,29	4.956,43	4.852,51	4.452,82	4.854,08
	Indicador 17A	81,0%	90,4%	94,7%	84,6%	83,7%	101,2%	93,7%	99,8%	108,5%	92,7%
SC	Profissionais do magistério	3.614,43	3.662,49	3.659,00	3.767,93	3.453,39	3.821,60	3.614,44	3.715,99	3.838,83	3.471,91
	Demais profissionais	4.776,86	4.517,56	4.792,64	5.062,74	4.663,46	4.770,10	4.339,07	4.490,11	4.814,58	4.522,76
	Indicador 17A	75,7%	81,1%	76,3%	74,4%	74,1%	80,1%	83,3%	82,8%	79,7%	76,8%
RS	Profissionais do magistério	3.946,39	4.132,10	3.909,28	4.137,75	3.784,93	4.260,68	4.193,12	4.142,32	4.281,56	4.207,37
	Demais profissionais	5.953,60	5.902,86	6.023,86	5.550,01	5.133,53	5.752,74	5.530,03	5.626,92	4.953,39	5.052,01
	Indicador 17A	66,3%	70,0%	64,9%	74,6%	73,7%	74,1%	75,8%	73,6%	86,4%	83,3%

Fonte: Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE. p.370

As estratégias que compõem esta meta foram elaboradas para o planejamento e efetivação das ações no que se refere à valorização dos(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
<p>Elevar o incentivo de qualificação profissional para 25% para os profissionais da educação que apresentam certificados de mestrado e 50% para doutorado, no Plano de Cargos e Carreira do magistério municipal.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Monitorada pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.</p> <p>Lei Complementar nº 473 de: 13 de maio de 2020 que alterou a Lei Complementar Municipal nº 346, de 15 de março de 2013.</p> <p>Art. 136 A tabela de vencimentos dos profissionais do magistério, detentores de cargo de Professor composta por Níveis, aos quais estão associados critérios de habilitação ou titulação conforme previsto nesta Lei, terão os valores definidos da seguinte forma:</p> <p>III - o valor do vencimento do Nível D (mestrado), Classe 1 (um) corresponde ao valor do</p>

			<p>vencimento do Nível C, Classe 1 (um), acrescido de vinte por cento;</p> <p>IV - o valor do vencimento do Nível E (doutorado), Classe 1 (um) corresponde ao valor do vencimento do Nível D, Classe 1 (um), acrescido de trinta por cento.</p>
<p>Alterar o parágrafo segundo do art. 106 da lei 346/2013, ampliando o limite do adicional de qualificação funcional de 20% para 50%.</p>	<p>Concluída</p>	<p>Sim</p>	<p>Monitorada pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.</p> <p>Lei Complementar nº 473 de: 13 de maio de 2020 que alterou a Lei Complementar Municipal nº 346, de 15 de março de 2013.</p> <p>Art. 106. Os profissionais do magistério estáveis farão jus, pela realização de cursos de aperfeiçoamento na área de educação, ao adicional de qualificação funcional.</p> <p>§ 3º O adicional de que trata o caput deste artigo será concedido a cada cinco anos, não podendo, em sua totalidade, ultrapassar o</p>

			limite de 20% (vinte por cento).
--	--	--	----------------------------------

	Texto da meta
18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 18A	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais do magistério
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	$(\text{Unidades federativas com PCR vigentes} / \text{Total de unidades federativas}) \times 100$
Unidade de medida	-
Comentários sobre a meta	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicador 18B	Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	Unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos / Total de unidades federativas) x 100
Unidade de medida	-
Comentários sobre a meta	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicador 18C	Percentual de unidades federativas que atendem ao PSNP
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas que atendem ao PSNP / Total de unidades federativas) x 100
Unidade de medida	-
Comentários sobre a meta	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Indicador 18D	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	(unidades federativas com PCR vigentes para profissionais da educação que não integram o magistério / total de unidades federativas) x 100
Unidade de medida	-
Comentários sobre a meta	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Indicador 18E	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	(Municípios com PCR vigentes / Total de municípios) x 100
Unidade de medida	-

Comentários sobre a meta	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE 2014 -2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019 e 2020 não possuíam esse suplemento, logo não há o que ser divulgado e atualizado para os municípios até a presente data.
Indicador 18F	Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos
Conceitos e definições	-
Fórmula de cálculo	(Municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para a atividade de interação com os educandos / Total e municípios) x 100
Unidade de medida	-
Comentários sobre a meta	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE - 2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019 e 2020 não possuíam esse suplemento, logo não há o que ser divulgado e atualizado para os municípios até a

	presente data.
Indicador 18G	Percentual de municípios que atendem ao PSNP
Conceitos e definições	Verifica se o Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei municipal
Fórmula de cálculo	Não se aplica.
Unidade de medida	Dicotômica (sim ou não) acerca da existência da Lei no município
Comentários sobre a meta	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE - 2018. Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS de 2019 e 2020 não possuíam esse suplemento, logo não há o que ser divulgado e atualizado para os municípios até a presente data.
Indicador 18H	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério
Conceitos e definições	Verifica existência de Plano de Carreira vigente para os profissionais da educação não docentes

Fórmula de cálculo	Não se aplica.
Unidade de medida	Dicotômica (sim ou não) acerca da existência da Lei no município
Comentários sobre a meta	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2018
Indicador 18E	sim	sim
Indicador 18F		sim
Indicador 18G		sim
Indicador 18H		sim

Fonte: Caderno de subsídios Seed/Ipardes para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Paraná - Junho/2022. Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios - Ncpm/Deduc/Seed/Umuarama-Pr.

Comentários sobre a meta

A meta 18 prevê que seja assegurado no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

O município de Umuarama possui Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 346 de: 15 de março de 2013. Sendo assim a meta já foi atingida.

Estratégias	Status da estratégia	Atingiu a meta	Comentários
Assegurar a participação de um representante municipal no fórum permanente que será constituído pelo Ministério da Educação até o final do primeiro ano de vigência do PNE, no âmbito nacional, estadual e municipal, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica.	concluída	Sim	Em relação a estratégia não foi solicitado pelo Ministério da Educação um representante municipal para participar do fórum permanente. O município está representado pela União dos Dirigentes Municipais – UNDIME pela secretária de educação.
Assegurar que a Comissão de Gestão do Plano de Carreira faça a revisão periódica do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Umuarama, conforme prazo estabelecido pela Lei Complementar 346/2013.	concluída	Sim	De acordo com a lei 346/2013 Art. 124 A Comissão Permanente de Acompanhamento e Gestão do Plano de Carreira reunir-se-á, ordinariamente, em época a ser definida em regulamento específico e, extraordinariamente, por convocação do Prefeito Municipal, pelo Dirigente da Educação Municipal ou por

			<p>qualquer um dos membros quando se fizer necessário.</p> <p>Monitorada pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.</p> <p>Lei Complementar nº 473 de: 13 de maio de 2020 que alterou a Lei Complementar Municipal nº 346, de 15 de março de 2013.</p>
Implantar o benefício do auxílio transporte para todos os profissionais da educação do município.	Não iniciada	Parcialmente	<p>Não houve implantação do benefício auxílio transporte.</p> <p>De acordo com a Lei Complementar nº 473 de: 13 de maio de 2020 que alterou a Lei Complementar Municipal nº 346, de 15 de março de 2013. prevê no Art. 147 que o benefício de vale transporte será concedido aos profissionais do magistério que recebam até dois e meio salários mínimos mensais, nos termos do art. 75 da Lei Complementar nº 018/92, tendo como base de cálculo o vencimento percebido pelo servidor.</p>
Garantir na jornada de trabalho do professor da educação básica	Em desenvolvimento	Parcialmente	De acordo com a Lei 11.738, de 16 de julho de 2008”, art. 1º

<p>1/3 (um terço) da carga horária para o desempenho das atividades complementares do exercício da docência (horatividade), de acordo com a Lei 11.738, de 16 de julho de 2008.</p>			<p>§ 4o Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.</p> <p>A rede municipal garante 6 h (seis horas semanais) - para cada 20 h (vinte horas) trabalhadas e 12 h (doze horas semanais) – para cada 40 horas trabalhadas.</p>
<p>Assegurar que o Conselho Municipal de Educação acompanhe a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Sim</p>	<p>De acordo com a Lei Federal nº 11.738/08 Art. 3º A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:</p> <p>III - remuneração condigna, com vencimento inicial correspondente ao Nível A, Classe 1, nunca inferior ao valor correspondente ao Piso Salarial: Profissional Nacional.</p> <p>No ano de 2021 não houve reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN), manteve-se o valor de R\$ 2.886,24 para carga horária de 40 horas semanais.</p>

			Em 2021, na rede municipal houve o reajuste da correção da inflação. O piso inicial para professores carga horária de 40 horas semanais foi de R\$ 2.974,91.
--	--	--	--

Meta	Texto da meta
19	<i>Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 1	Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	

	Quantidade de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar / Quantidade total de escolas públicas) x 100
Unidade de medida	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).
Indicador 2	Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis) nas escolas públicas brasileiras
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	(Quantidade dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) existentes nas escolas públicas de educação básica / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) nas escolas públicas de educação básica) x 100
Unidade de medida	

	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).
Indicador 3	Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades federativas.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	$\left(\frac{\text{Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes nas unidades federativas}}{\text{Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nas unidades federativas}} \right) \times 100.$
Unidade de medida	
Indicador 4	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de

	Alimentação Escolar pelas unidades federativas.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas / Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas) x 100.
Unidade de medida	
Indicador 5	Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nos municípios.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	(Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e

	Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes no município / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nos municípios) x 100.
Unidade de medida	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).
Indicador 6	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios.
Conceitos e definições	
Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios / Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios) x 100

Unidade de medida	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).
-------------------	---

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO (Municipal)

	2018	2020	2021
Indicador 1		15,3	Não foi divulgado
Indicador 2		52,7	Não foi divulgado
Indicador 5	75,0		Não foi divulgado
Indicador 6	83,3		Não foi divulgado

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)	Atingiu a meta (Sim, Não ou Parcialmente)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
<i>1.Promover a participação dos membros do Conselho Municipal de Educação, em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na</i>	Em desenvolvimento	Parcialmente	Divulgação dos cursos da Escola Virtual, palestras com a UNCME.

<p><i>gestão democrática, cidadania e outros temas de interesse específico deste órgão colegiado.</i></p>			
<p><i>2. Garantir que os docentes habilitados para exercer a função de Diretor das Unidades Educacionais municipais participem de um processo de seleção associado a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar. (Acréscimo - Lei nº 4.309/2018)</i></p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Sim</p>	<p>A SME promove a cada três anos formação específica para os docentes interessados na função de direção. Para tanto, instituiu-se o Processo de Seleção e Eleição de Docente para a Função de Diretor das unidades educacionais do município. O processo é constituído por 2 etapas, formação e consulta pública as representações da comunidade escolar.</p>
<p><i>3. Garantir que os docentes habilitados para exercer a função de Coordenador Pedagógico das Unidades Educacionais municipais participem de um processo de seleção associado a critérios técnicos de mérito e desempenho. (Acréscimo - Lei nº 4.309/2018)</i></p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>O processo de escolha de Coordenação Pedagógica é realizado com base na habilitação dos docentes, critérios técnicos e desempenho, a partir de levantamento do perfil e entrevista.</p>

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O processo de Seleção de docente para a função de direção foi realizado em 2021, por meio de critério técnico de mérito e desempenho. A priori, é realizada uma formação com os candidatos inscritos e no segundo momento faz-se uma consulta pública com a comunidade escolar. O mandato de 2021 vence em 31 de dezembro de 2023.

Em de novembro de 2023, ocorrerá outro processo de Seleção de docente para função de direção, conforme Decreto e Edital divulgados no portal <http://edu.umuarama.pr.gov.br/>.

Meta	Texto da meta
20	<i>Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.</i>

FICHA METODOLÓGICA DOS INDICADORES MUNICIPAIS

Indicador 1	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.
-------------	--

Conceitos e definições	Mensura a participação das despesas municipais em educação no PIB municipal
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Produto interno bruto) X 100
Unidade de medida	%despesas/PIB .

Indicador 2	Gasto público em proporção ao PIB
Conceitos e definições	Mensura a participação das despesas municipais em educação no orçamento público municipal.
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Orçamento público municipal) X 100
Unidade de medida	% de despesas

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PERÍODO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indicador 1	1,6	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	-
Indicador 2	18,8	20,5	20,3	21,1	17,8	17,3	16,0	15,6

COMENTÁRIOS REFERENTES À META

Estratégias	Status da estratégia (Concluída, Em Desenvolvimento ou Não iniciada)	Atingiu a meta (Sim, Não ou Parcialmente)	Comentários (se houver informações pertinentes em relação a cada estratégia ou relacionadas a todas as estratégias)
1. Garantir, na Lei Orgânica Municipal, o aumento progressivo do percentual de investimento mínimo aplicado na manutenção e desenvolvimento da educação básica, de forma atingir 30% até o final da vigência deste Plano.	Em desenvolvimento	Não	Até o período de avaliação está sendo aplicado o percentual de 22,23%.
2. Mobilizar as esferas municipais, estaduais e federais para exigir do Governo Federal a edição de uma lei criteriosa para a transferência de recursos para	Em desenvolvimento	Parcialmente	Com a aprovação do Novo FUNDEB LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

estados e municípios garantirem a implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQi, para posteriormente, do CAQ.			
3.Fomentar e participar de discussões que visem exigir do Governo Federal a criação e aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, conforme estratégia estabelecida na Meta 20 do PNE.	Não iniciada	Não	A pauta foi discutida no Fórum Nacional de Educação, porém não foi dada continuidade para as demais instâncias a fim de se efetivar a criação da Lei de Responsabilidade Educacional. Continuar participando das discussões oportunizadas pela UNDIME.
4.Garantir, a partir da aprovação deste Plano, que a Secretaria Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, tenha plena autonomia na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino da Rede Pública Municipal.	Sim	Sim	A Secretaria Municipal de Educação possui CNPJ específico e repasses descentralizados da Prefeitura Municipal.
5.Garantir, nos próximos planos plurianuais, a previsão do suporte financeiro às metas	Em desenvolvimento	Parcialmente	Inserção na LOA e PPA das previsões necessárias para o cumprimento de cada meta.

constantes neste Plano Municipal de Educação			
6. Realizar anualmente, a partir da vigência deste Plano, campanhas de Educação Fiscal, visando conscientizar a população quanto à importância de solicitar notas fiscais junto ao comércio, bem como o pagamento em dia dos impostos.	Em desenvolvimento	Concluída	Desde 2015 a estratégia vem sendo executada a partir do Programa Nota Amiga.
7. Assegurar a transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social.	Concluída	Sim	Conselho CACs/FUNDEB
8. Assegurar a utilização de recursos do Poder Público Municipal destinado à manutenção e desenvolvimento de ensino para a melhoria da infraestrutura das Unidades Educacionais da Rede Municipal e garantia do princípio da equidade.	Em desenvolvimento	Parcialmente	Destinação de recursos de diversas fontes para a manutenção da infraestrutura das unidades educacionais.
9. Garantir a construção de um	Não iniciado	Não	

<p>Centro de Formação Continuada com dois auditórios e cinco salas de aula que comportem o número de funcionários da Secretaria Municipal de Educação para participarem de formações continuadas, fóruns, palestras e seminários e outros eventos ofertados pela Secretária Municipal de Educação.</p>			
<p>10.Planejar a ampliação da oferta da Educação Infantil para crianças de zero a cinco anos, durante a vigência deste Plano, em regime de colaboração com a União e Estado.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Ampliação de vagas nos CMEIs a partir da construção de novos espaços. Continuidade do Programa Fila Única. Solicitação de novas unidades educacionais a partir do PAR.</p>
<p>11.Ampliar, a partir da aprovação deste Plano, a autonomia financeira das unidades educacionais, por meio do aumento de repasse de recursos financeiros para pequenas despesas, garantindo a correção de acordo com a inflação e número de 12 parcelas anuais, visando a manutenção e cumprimento de seu Projeto</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Os repasses são realizados durante os meses letivos, de acordo com a quantidade de estudantes matriculados nas unidades educacionais. Repasses complementares podem ser realizados excepcionalmente.</p>

Político Pedagógico/Proposta Pedagógica.			
13. Estabelecer metas, durante a vigência deste Plano, para a implantação do Sistema Municipal de Ensino.	Não iniciada.	Não	
14. Garantir recursos financeiros para que sejam desenvolvidas ações com o objetivo de propiciar à Educação no Campo, um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, observando-se as seguintes necessidades: Transporte para os funcionários da educação participarem de formação continuada; Transporte escolar com itinerários e horários adequados ao atendimento aos educandos; Materiais didáticos e pedagógicos próprios; Adaptação do currículo escolar à realidade do meio em que a Escola está inserida; Parcerias com órgãos voltados à agricultura e meio ambiente para	Não iniciada.	Não	Não há escolas do campo na rede municipal de ensino.

propiciar orientações e assistência técnica para o desenvolvimento da proposta pedagógica própria para a Educação no Campo.			
15. Criar, durante a vigência deste Plano, o site da Secretaria Municipal de Educação, disponibilizando para a comunidade escolar serviços de utilidades públicas, informações atualizadas, acesso às legislações, publicações e aos sistemas usados na gestão escolar.	Concluída	Sim	Criação do Portal Pedagógico edu.umuarama.pr.gov.br
16. Analisar, discutir e divulgar, permanentemente, nas Instituições de Ensino e na comunidade, os resultados das avaliações educacionais do Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo, a partir destes resultados, medidas para os avanços necessários ao atendimento de uma educação de qualidade.	Em desenvolvimento	Sim	Seminários periódicos para discutir e analisar os resultados das avaliações externas.
17. Assegurar que os gestores	Em desenvolvimento	Sim	Reuniões periódicas com a

<p>mobilizem a participação e atuação efetiva da APMF e do Conselho Escolar nas unidades educacionais, com a finalidade de ampliar a democratização do ensino público municipal.</p>			<p>APMF e Conselho Escolar.</p>
<p>18. Garantir o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação, promovendo a qualificação da equipe da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, na perspectiva de assegurar o seu cumprimento e as implementações necessárias a serem realizadas durante a sua vigência.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Sim</p>	<p>O Conselho Municipal de Educação e Equipe Técnica da SME promovem anualmente o monitoramento e avaliação bienal do PME, a fim de discutir as estratégias e implementações necessárias para o cumprimento do plano.</p>
<p>19. Instituir o porte para o funcionamento das unidades educacionais, de acordo com o número de alunos matriculados em cada instituição.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>	<p>Parcialmente</p>	

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Para o próximo biênio, é importante que a SME e Conselho Municipal estabeleçam metas para a implantação do Sistema Municipal de Ensino.